

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação e Docência – PROMESTRE

HÉVILA CHRISTIE PEREIRA SANTOS

**O DIREITO À LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: bibliotecas escolares
para crianças de 0 a 6 anos no município de Guanhães**

BELO HORIZONTE
2025

HÉVILA CHRISTIE PEREIRA SANTOS

O DIREITO À LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: bibliotecas escolares para
crianças de 0 a 6 anos no município de Guanhães

Trabalho apresentado ao curso de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Infâncias e Educação Infantil

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Correia Baptista

Coorientadora: Prof^a. Dra. Marília de Abreu M. de Paiva

BELO HORIZONTE

2025

S237d
T

Santos, Hévila Christie Pereira, 1984-

O direito à literatura na educação infantil [manuscrito] : bibliotecas escolares para crianças de 0 a 6 anos no município de Guanhães / Hévila Christie Pereira Santos. -- Belo Horizonte, 2025.

90 f. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

[Acompanhado de recurso educacional com o título: Implementação de bebetecas municipais [recurso eletrônico] : um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras / Hévila Christie Pereira Santos. -- Belo Horizonte, 2025. -- 14 p. : il., color.]

Orientadora: Mônica Correia Baptista.

Coorientadora: Marília de Abreu Martins de Paiva.

Bibliografia: f. 71-76.

Apêndices: f. 77-86.

Anexos: f. 87-90.

1. Educação -- Teses. 2. Bibliotecas escolares -- Teses. 3. Literatura infanto-juvenil -- Estudo e ensino -- Teses. 4. Livros e leitura para crianças -- Teses. 5. Livros ilustrados para crianças -- Teses. 6. Educação de crianças -- Teses. 7. Guanhães (MG) -- Educação -- Teses.

I. Título. II. Baptista, Mônica Correia, 1962-. III. Paiva, Marília de Abreu Martins de, 1966-. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 027.8

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA HEVILA CHRISTIE PEREIRA SANTOS

Realizou-se, no dia 06 de junho de 2025, às 14h, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 625ª defesa de dissertação, intitulada "*O DIREITO À LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: bibliotecas escolares para crianças de zero a seis anos no município de Guanhães*", apresentada por HEVILA CHRISTIE PEREIRA SANTOS, número de registro 2023658939, graduada no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Mônica Correia Baptista - Orientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva - Coorientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Tânia Aretuza Ambrizi Gebara (Universidade Federal de Minas Gerais) e Prof(a). Lais Caroline Andrade Bitencourt (Universidade Federal de Minas Gerais).

Título do Recurso Educacional:

Implementação de bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada.

Reprovada.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2025.

Prof(a). Mônica Correia Baptista (Doutora)

Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva (Doutora)

Prof(a). Tânia Aretuza Ambrizi Gebara (Doutora)

Prof(a). Laís Caroline Andrade Bitencourt (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Marília de Abreu Martins de Paiva, Membro**, em 26/06/2025, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Correia Baptista, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2025, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laís Caroline Andrade Bitencourt, Professora do Magistério Superior**, em 27/06/2025, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania Aretuza Ambrizi Gebara, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 08/07/2025, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4266036** e o código CRC **B59CFCE2**.

Dedico este trabalho à Deus, à minha amada mãe, meu esposo Ailton, minhas irmãs Danuza e Sheiliane e à minha amiga, Kátia, que não me deixou desistir de realizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus filhos, Melissa e Gael por compreenderem minha ausência e por inspirarem minha pesquisa, à minha afilhada, Isabela pela disponibilidade para me auxiliar nos momentos em que seu auxílio demandei. Agradeço à minha orientadora, professora Mônica, e à coorientadora Marília por estarem comigo nesta longa e árdua caminhada. Agradeço à professora Laís Caroline e à professora Tânia Aretuza pelos conhecimentos compartilhados, às minhas queridas colegas da linha de Infâncias e Educação Infantil: Ana Carolina, Isabela, Jucilaine e Rosimária, pelo companheirismo e pela troca de experiências. Meus sinceros agradecimentos aos meus gestores: Fabrício, Jusciliane, Vânia e Milena pela compreensão de sempre e a todas as professoras que participaram da pesquisa. Agradeço também a todos que de maneira direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Mais respeito eu sou criança

Pedro Bandeira

*Prestem atenção no que eu digo,
pois eu não falo por mal:
os adultos que me perdoem,
mas ser criança é legal!*

Vocês já esqueceram, eu sei.

*Por isso eu vou lhes lembrar:
pra que ver por cima do muro,
se é mais gostoso escalar?
Pra que perder tempo engordando,
se é mais gostoso brincar?
Pra que fazer cara tão séria,
se é mais gostoso sonhar?*

*Se vocês olham pra gente,
é chão que veem por trás.
Pra nós, atrás de vocês,
há o céu, há muito, muito mais!*

*Quando julgarem o que eu faço,
olhem seus próprios narizes:
lá no seu tempo de infância,
será que não foram felizes?*

*Mas se tudo o que fizeram
já fugiu de sua lembrança,
fiquem sabendo o que eu quero:
mais respeito eu sou criança!*

RESUMO

Esta pesquisa visou conhecer e avaliar as condições materiais e pedagógicas das bibliotecas escolares existentes nas instituições de Educação Infantil, destinadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no município de Guanhães–MG. Considerando o acesso à literatura como um direito de todas as crianças, o estudo foi realizado em 8 instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Guanhães–MG, todas situadas na sede do município. Foram tomados como aportes da investigação documentos oficiais do sistema educacional brasileiro e parâmetros que orientam o funcionamento das bibliotecas escolares na Educação Infantil, presentes nos referenciais nacionais, foram tomados como base da análise das diretrizes educacionais municipais e ambos os referenciais balizaram a análise da realidade encontrada nas instituições de Educação Infantil pesquisadas. Ademais, apoiam a análise dos dados, estudos que discutem o tema da biblioteca escolar, tais como, Leite (2004) e Bernadete Campello *et al.* (2012); pesquisadores que estudam as especificidades das bibliotecas para os bebês e as crianças pequenas, isto é, as bebetecas, tais como: Mercês Escardò i Bas (1994); Renata Souza e Juliane Motoyama (2016); Mônica Baptista *et al.* (2016) e também autores que abordam a temática da criança, como Sarmiento (1997) e o direito à literatura, a exemplo de Cândido (2011). A pesquisa é qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso. A coleta de dados foi efetivada por meio da aplicação de questionário, entrevista semiestruturada e observação participante. Os achados da pesquisa apontaram ser recente o reconhecimento por parte do Estado brasileiro da relevância das bibliotecas escolares para a formação integral de cada cidadão brasileiro, sendo a Lei Federal n.º 12.244/2010, alterada pela Lei n.º 14.837/2024, a normativa legal que tornou obrigatória a presença de bibliotecas em todas as unidades educacionais do país. Ficou evidenciado que as bebetecas: bibliotecas para bebês e crianças menores de 6 anos, são espaços de ser e estar que acolhem a população da primeira infância, atendendo às especificidades desse público durante o uso social de uma biblioteca. Não obstante, os resultados da pesquisa demonstraram rara a existência de espaços com tais características nas escolas de Educação Infantil do país e no município de Guanhães-MG. Nesse sentido, após a realização desta pesquisa, foi elaborado o guia prático, Implementação de Bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras, norteado por considerações sobre as bibliotecas para a primeira infância, visando apoiar novas propostas de reestruturação de bibliotecas de Escolas de Educação Infantil.

Palavras-chave: educação infantil; direito à literatura; bebetecas; bebetecas escolares.

ABSTRACT

This research aimed to understand and evaluate the material and pedagogical conditions of school libraries in Early Childhood Education institutions, serving children from zero to six years old, in the municipality of Guanhães-MG, Brazil. Considering access to literature as a right of all children, the study was carried out in eight Early Childhood Education institutions of the Municipal Education Network of Guanhães-MG, all located in the city center. The investigation was based on official documents of the Brazilian educational system and on the national guidelines that guide the operation of school libraries in Early Childhood Education, which served as a basis for the analysis of municipal educational guidelines. Both references guided the evaluation of the real conditions found in the researched institutions. In addition, the data analysis was supported by studies that discuss the theme of the school library, such as Leite (2004) and Bernadete Campello *et al.* (2012); researchers who examine the specificities of libraries for babies and young children, known as "bebetecas", such as Mercês Escardò i Bas (1994), Renata Souza and Juliane Motoyama (2016), Mônica Baptista *et al.* (2016), as well as authors who address the concept of childhood, such as Sarmiento (1997), and the right to literature, such as Cândido (2011). The research is qualitative and is characterized as a case study. Data collection was carried out through questionnaires, semi-structured interviews and participant observation. The findings of the study indicate that the Brazilian State has only recently recognized the relevance of school libraries for the holistic development of each Brazilian citizen, with Federal Law 12.244/2010, amended by Law 14.837/2024, being the legal framework that made the presence of libraries mandatory in all educational institutions in the country. It became evident that the bebetecas – libraries for babies and children under six years of age – are spaces intended to welcome young children and meet their specific needs during the social use of a library. However, the results showed that such spaces are rarely found in Early Childhood Education schools throughout the country and in Guanhães-MG. In this sense, following this research, a practical guide entitled *Implementation of Municipal Libraries: A Guide for Managers Committed to the Training of Young Readers* was elaborated, based on considerations about libraries for early childhood, with the objective of subsidizing new initiatives for the restructuring of libraries in Early Childhood Education Schools.

Keywords: early childhood education; right to literature; bebetecas; school libraries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Recursos relacionados à tecnologia e à infraestrutura disponíveis nas escolas de Educação Infantil no Brasil.	20
Figura 2	Livros da coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil.	35
Figura 3	Fotos da biblioteca Can Butjosa.	43
Figura 4	Fotos da biblioteca Salaborsa Ragazzi – Bolonha/Itália.	43
Figura 5	Bebeteca da Faculdade de Educação – UFMG.....	45
Figura 6	Instituições de Educação Infantil da rede municipal de educação de Guanhães–MG.	51
Figura 7	Foto da Escola Municipal “Pingo de Luz”.	58
Figura 8	Foto panorâmica da biblioteca infantil “Graça Guimarães”.	60
Figura 9	Fotos da Biblioteca “Graça Guimarães”.....	62
Figura 10	Alguns exemplares do acervo da biblioteca.	63
Figura 11	Estante de livros da biblioteca “Graça Guimarães”.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Bibliotecas escolares no Brasil.....	19
Tabela 2	Levantamento de dados realizado no BDTD – março de 2024.....	22
Tabela 3	Levantamento de dados realizado no BDTD – março de 2024.....	24
Tabela 4	Relação de livros inscritos x selecionados Educação Infantil.	33
Tabela 5	Quadro de funcionários da E. M. “Pingo de Luz”.....	59
Tabela 6	Acervo da biblioteca infantil “Graça Guimarães”.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Banco Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRAPCI	Base de dados referencial de artigos de periódicos em Ciência da Informação
CEALE/UFMG	Centro de Alfabetização Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais
CEB	Câmara de Educação Básica
CEI	Centro de educação infantil
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEIs	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FMCSV	Fundação Maria Cecília Solto Vidigal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INC	Índice de Necessidade de Creche
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	Minas Gerais
MIEIB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Pernambuco
PEB	Professor de Educação Básica
PEUB	Professor para Ensino do Uso da Biblioteca e Mediação de Leitura
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PR	Paraná

RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SC	Santa Catarina
SEEMG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
SP	São Paulo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	15
2	BIBLIOTECAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PESQUISAS EM FOCO	19
2.1	Levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD	21
2.2	Levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)	24
3	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVE CONSIDERAÇÕES	27
3.1	O direito à literatura na Educação Infantil	31
4	A BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO	37
4.1	Bebeteca: biblioteca para crianças de 0 a 6 anos	42
5	ESCOLHAS METODOLÓGICAS	48
5.1	Lócus da pesquisa.....	49
6	ACHADOS DA PESQUISA: CATEGORIAS E ANÁLISE	53
6.1	A rede municipal de Educação Infantil de Guanhães.....	53
6.2	Perfil etário e profissional das participantes da pesquisa	55
6.3	Mapeamento dos espaços do livro e da leitura das escolas de Educação Infantil pesquisadas no município de Guanhães	56
6.4	A biblioteca da escola Municipal “Pingo de Luz”: o campo da nossa investigação	58
6.5	Implementação de bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras	67
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS.....	71
	APÊNDICES	77
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	77
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA VISITA DA BIBLIOTECA ESCOLAR	81

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A GESTORA DA E. M. “PINGO DE LUZ”	82
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	83
APÊNDICE E – E-MAIL ENVIADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUANHÃES–MG.....	85
APÊNDICE F – RECURSO EDUCACIONAL.....	86
ANEXOS	87
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	87

1 APRESENTAÇÃO

A qualidade da Educação Infantil brasileira é uma temática que começou a me inquietar desde o período da graduação em Pedagogia. Contudo, não foi com a Educação Infantil que vivenciei as minhas primeiras experiências profissionais.

Em 2012, fiz o concurso da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) para o cargo de Professora da Educação Básica dos anos iniciais do Ensino Fundamental (PEB), pleiteando uma vaga reservada às pessoas com deficiência. Apesar de ter sido aprovada em primeiro lugar nas provas objetivas do concurso, com saúde ocupacional comprovada em todos os exames e testes clínicos, meu ato de nomeação foi tornado sem efeito. A justificativa foi a incompatibilidade da deficiência visual com o cargo de professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Por meio de processo judicial, em abril do ano de 2015, tive o meu direito assegurado. No dia 26 de junho de 2015, entrei em exercício como professora regente de uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola estadual da zona urbana do município de Guanhães–MG. Nessa instituição, permaneci até o ano de 2019. Para que minhas condições de trabalho fossem garantidas, também foi necessária uma batalha judicial com vistas à garantia do meu direito a ter um profissional para me apoiar na regência. Assim, durante os 5 anos de atuação como professora regente de turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tive o apoio de outra docente.

Em 2020, devido à municipalização da escola, fui lotada em outra unidade escolar da rede estadual da zona urbana de Guanhães–MG, atuando na função de Professora para Ensino do Uso da Biblioteca e Mediação de Leitura (PEUB). Com a alteração da função, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEEMG) negou a contratação de um profissional para me apoiar no exercício de minhas atribuições na biblioteca. Desta forma, precisei travar outra batalha de modo a ter garantido o meu direito de acessibilidade ao cargo.

Na dita biblioteca, encontrou-se um depósito de livros novos e velhos e toda sorte de outros materiais pedagógicos. O ambiente desafiador desta biblioteca escolar despertou o desejo de revitalizá-la, transformando-a em um ambiente contextualizado e dinâmico. Sem contar com um profissional de apoio, fui criando estratégias para desempenhar meu trabalho: memorização do espaço físico; instalação de leitor de

telas no computador de trabalho; registro das obras da biblioteca no software livre para automação de bibliotecas, o “Bibliivre”.

Quando já se vislumbravam as possibilidades de organização do espaço físico da biblioteca e a efetivação dos projetos elaborados, eis o choque da obrigatoriedade da quarentena como consequência da pandemia da “Covid-19”. Mesmo com todos os entraves surgidos, somente uma certeza: a nossa biblioteca não deixaria de funcionar e de acontecer na vida dos nossos estudantes. Assim, foram criadas 2 páginas nas redes sociais¹ para a biblioteca continuar apoiando o processo de ensino/aprendizagem de todos os pares da escola.

Em 2024, por meio de ação judicial, tive acesso à tecnologia assistiva “Orcan Myes”, um dispositivo acoplado aos óculos que realiza a leitura em áudio de textos, identifica cores, cédulas, produtos e faces. Neste sentido, foram necessários 4 anos de espera para obter mais essa conquista no meu processo de autonomia e segurança no trabalho. Desse modo, a biblioteca escolar foi se constituindo como meu nicho profissional e deleite pessoal.

Em 2022, fiz o concurso público da Secretaria Municipal de Educação de Guanhães–MG (SME/Guanhães) para o cargo de professora da Educação Básica. Nesse cargo, já atuei como professora de biblioteca. Além da escola na qual estou lotada, no ano de 2023 elaborei e coordenei os projetos literários de outras 3 escolas municipais, todas situadas na sede do município. Destas 4 escolas, 3 atendem turmas da Educação Infantil, sendo turmas de estudantes com faixa etária entre 4 e 5 anos, bem como turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2024, assumi a regência de uma turma de crianças de 4 anos matriculadas na pré-escola, tendo em vista que a Rede Municipal de Educação de Guanhães passou a não lotar professores para a biblioteca. Já em 2025, estou novamente na função de professora de biblioteca, mediando aulas para 12 turmas, sendo 1 turma de crianças de 4 anos e 1 turma de crianças de 5 anos da Educação Infantil e 10 turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Dessa forma, cheguei ao mestrado em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PROMESTRE) trazendo a inquietação com os desafios da qualidade na Educação Infantil. De forma particular, com a qualidade das bibliotecas escolares das instituições de Educação Infantil.

¹ Para acessar a página da Biblioteca Abgar Renault no Instagram, acesse: <https://www.instagram.com/bibliotecaodilonbehrens/>.

Diante disso, busca-se nesta pesquisa conhecer e avaliar as condições materiais e pedagógicas das bibliotecas escolares existentes nas instituições de Educação Infantil, destinadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no município de Guanhães–MG.

Qual é a importância das bibliotecas escolares na primeira infância? Quais seriam as especificidades das bibliotecas escolares que atendem crianças de 0 a 6 anos? Qual tem sido o lugar da biblioteca escolar na Educação Infantil brasileira e no município de Guanhães? Essas são as questões que permeiam o desenvolvimento desta pesquisa.

As instâncias governamentais contemporâneas, promotoras e reguladoras da educação brasileira, vêm desenvolvendo políticas públicas, que demonstram interesse pela democratização do livro e da leitura literária no Brasil. Em 24 de maio de 2010, foi promulgada a Lei Federal n.º 12.244, alterada pela Lei n.º 14.837 de 8 de abril de 2024, que modificou a definição de biblioteca escolar e instituiu o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Desse modo, o conceito de biblioteca escolar que norteia este estudo é o dado pela referida lei:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:

I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;

II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;

III- constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem;

IV- apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios (Brasil, 2024).

Nesse sentido, os principais objetivos da Lei n.º 14.837/24 são: apoiar o desenvolvimento e a manutenção do acervo nas bibliotecas escolares; viabilizar a implantação de bibliotecas em todas as instituições de ensino do país; contribuir para a melhoria da atual rede de bibliotecas escolares, bem como, implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares.

O panorama das escolas brasileiras evidencia que são muitos os desafios para a implementação efetiva do previsto nessa legislação. Assim sendo, o desenvolvimento da presente pesquisa no âmbito do Promestre é socialmente

relevante. A construção de assertivas empíricas capazes de responder, ainda que parcialmente, às questões norteadoras desta pesquisa, podem contribuir com as discussões e a elaboração e implementação de projetos educativos que visam garantir a qualidade da Educação Infantil brasileira.

Além desta parte introdutória, outros 6 capítulos compõem este estudo. No capítulo 2, apresentamos a síntese das pesquisas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e artigos de periódicos na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), bem como, os dados levantados em normativas e documentos oficiais brasileiros que discorrem acerca da biblioteca escolar. No capítulo 3, a discussão centra-se em torno da concepção de criança, da política de Educação Infantil no Brasil e do direito à literatura para os sujeitos da primeira infância. A temática do capítulo 4 é a história da biblioteca escolar no Brasil e o conceito de bebeteca. A apresentação das escolhas metodológicas que fizemos ao longo da pesquisa é o assunto do capítulo 5. No capítulo 6, são apresentados, analisados e discutidos os dados levantados durante o estudo de caso realizado nas instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Guanhães–MG. O trabalho é finalizado com o capítulo das considerações finais, a lista das referências utilizadas na pesquisa, bem como com os anexos e apêndices.

2 BIBLIOTECAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PESQUISAS EM FOCO

Quando a questão educacional se refere à presença de bibliotecas escolares nas escolas públicas brasileiras, o que já é uma exigência determinada por lei há cerca de 15 anos, a tarefa posta para o país continua longe de ser executada na íntegra. Conforme dados do Censo Escolar de 2022, as redes municipais têm séria desvantagem quando comparadas com as redes estaduais e a rede federal. Considerando o total de escolas, as redes municipais são as que têm o maior quantitativo, com mais de 100 mil unidades escolares, seguidas pelas redes estaduais e pela rede federal. Os dados apresentados na tabela 1 evidenciam o panorama da presença e ausência de bibliotecas nas diferentes redes educacionais e na grande malha de escolas públicas do país. Lamentavelmente, 28% de todos os alunos matriculados nas escolas públicas do Brasil não podem usufruir de uma biblioteca na escola.

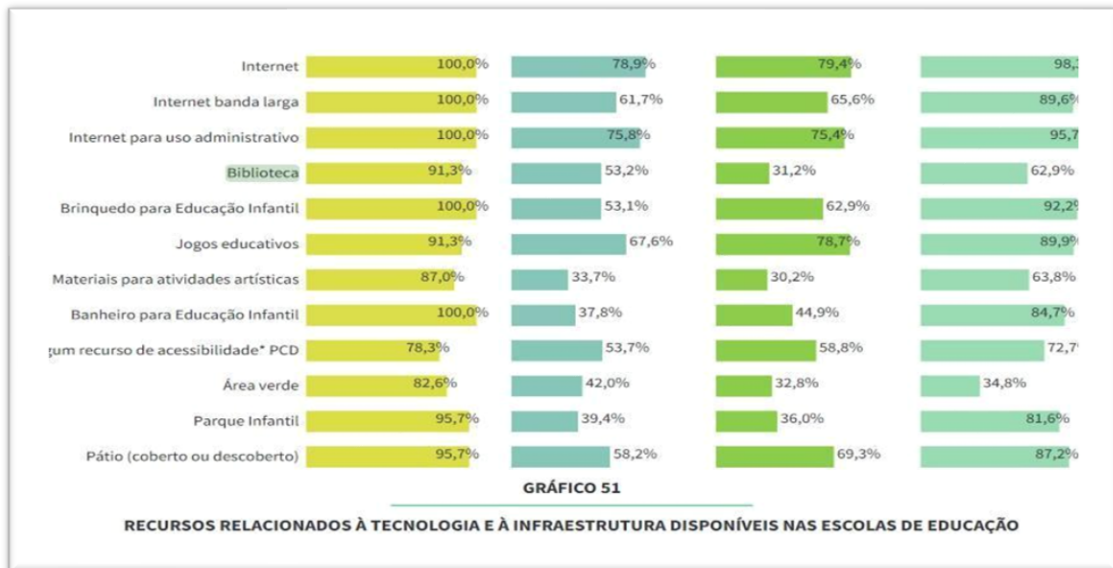
Tabela 1 – Bibliotecas escolares no Brasil.

	Com biblioteca	Sem biblioteca
Total de escolas públicas	66.570 - 48%	71.344 - 52%
Quantitativo de alunos matriculados nas escolas públicas	27.200.925 - 72%	10.680.380 - 28%
Total de escolas das redes municipais	41.700 - 39%	65.725 - 61%
Total de escolas das redes estaduais	24.176 - 81%	5.607 - 19%
Total de escolas da rede federal	694 - 98%	12 - 2%

Fonte: dados do censo escolar 2022.

A situação é ainda mais preocupante quando se analisa, de maneira particular, a presença de bibliotecas em escolas da Educação Infantil. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2022, 55% das escolas brasileiras de Educação Infantil continuavam sem contar com bibliotecas. Esta realidade fica evidenciada nos dados apresentados na figura 1.

Figura 1 – Recursos relacionados à tecnologia e à infraestrutura disponíveis nas escolas de Educação Infantil no Brasil.



Fonte: elaborado pela DEED/INEP com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2024).

Desse modo, na figura 1, verifica-se que no Brasil, as escolas da rede federal seguidas por instituições educacionais privadas são as que contam com o maior número de bibliotecas escolares. Já as escolas municipais, nas quais estão matriculadas a grande maioria das crianças, público-alvo da Educação Infantil, são as que contabilizam o menor percentual de bibliotecas. Além disso, observa-se que, assim como bibliotecas, espaços como parques e área verde, imprescindíveis para uma Educação Infantil de qualidade, aparecem com menor frequência nas escolas das esferas estaduais e municipais de Educação Infantil. Portanto, são verificadas disparidades conforme as diferentes dependências administrativas que constituem a educação no Brasil, gerando desigualdades e prejuízos significativos para a garantia dos direitos de desenvolvimento e aprendizagem de uma parcela notável da população brasileira da primeira infância.

O art. 211, §2º da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional n.º 14 de 1996, estabelece que: “Os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil” (Brasil, 1996). Neste sentido, as profundas desigualdades históricas, econômicas, sociais e culturais que marcam os municípios brasileiros podem, de alguma maneira, explicar as disparidades nos indicadores da Educação Infantil brasileira.

Com relação à presença de biblioteca escolar nas escolas, em uma pesquisa sobre os desafios da concretização da Lei n.º 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, Bernadete Campello *et al.* (2016) concluíram que “[...] a situação da educação infantil e da educação especial no Brasil é crítica [...]”, tendo em vista a inexistência de bibliotecas na maioria das instituições educacionais que atendem este público. Segundo os dados do censo escolar de 2022, das escolas brasileiras que ofertam a Educação Infantil, 69% delas não possuem biblioteca. Conforme o referido documento, isso significa que a grande maioria das crianças matriculadas na Educação Infantil no Brasil não tem acesso à biblioteca na escola, ou seja, um espaço físico com um acervo e com atuação de um bibliotecário (Brasil, 2024).

Com o intuito de compreendermos o que tem sido problematizado nas pesquisas realizadas com a temática das bibliotecas escolares na Educação Infantil, acessamos o Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e os artigos de periódicos da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). As consultas realizadas no BDTD foram empreendidas na 1ª quinzena de março de 2024 e as buscas feitas na BRAPCI foram efetivadas na 2ª quinzena do referido mês. As buscas nas bases de dados acima mencionadas se deram a partir das seguintes palavras-chave: bebeteca; biblioteca escolar; e educação infantil. Para a realização da busca, foram realizados os seguintes cruzamentos: bebeteca e Educação Infantil e biblioteca escolar e Educação Infantil. Além disso, foi também utilizado o termo bebeteca isoladamente.

2.1 Levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD

A tabela 2 apresenta o detalhamento das buscas feitas no banco digital de teses e dissertações (BDTD) na primeira quinzena de março de 2024.

Tabela 2 – Levantamento de dados realizado no BDTD – março de 2024.

Palavras-chave empregadas nas buscas	Total	Dissertações	Teses
Bebeteca	7	4	3
Bebeteca – Educação Infantil	6	4	2
Biblioteca escolar – Educação Infantil	20	18	2
Total	33	26	7

Fonte: elaborada pela autora.

Do total de 33 estudos encontrados no BDTD, 30 deles foram desconsiderados, tendo em vista que a análise dos seus objetivos indicou distorção com o nosso campo de interesse. Dos 30 trabalhos excluídos, 12 deles evidenciavam a importância da literatura infantil para a formação leitora das crianças; 15 pesquisas discutiam práticas de leitura literária em bibliotecas da Educação Infantil; outros 3 traziam a abordagem de questões étnico-raciais em livros de literatura infantil. Três trabalhos foram considerados para leitura completa. O critério adotado para seleção dos estudos a serem lidos na íntegra foi a apresentação de tópicos como a caracterização do espaço da biblioteca escolar da Educação Infantil, o acervo, mobiliário, atividades e interações, por serem aspectos relacionados ao nosso objeto de investigação, ou seja, fatores relevantes para a avaliação da qualidade de uma biblioteca escolar que atende bebês e demais crianças pequenas. Foram excluídos os trabalhos cujo objeto de estudo centrava-se na formação de professores ou em evidenciar a contribuição da literatura infantil para a formação leitora das crianças, sem fazer nenhuma menção à biblioteca.

O primeiro trabalho foi a dissertação de Eliana Santos (2022), intitulada: “Biblioteca na educação infantil e os desafios da qualidade nesse ambiente de aprendizagem: um estudo de caso na comunidade da Pedreira Prado Lopes – BH/MG”. A investigação consiste em um estudo de caso realizado em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de Belo Horizonte. O estudo teve como objetivo analisar a qualidade da biblioteca de uma instituição que atende crianças menores de 6 anos, considerando a biblioteca como um espaço de aprendizagem.

O estudo evidenciou que o papel de uma biblioteca vai para além da guarda do acervo. Segundo Santos (2022), a biblioteca da EMEI pesquisada estabelece

mediações do conhecimento e das experiências das crianças e das professoras com a obra literária. A existência da biblioteca na EMEI Maria da Glória Lommez joga luz à sua importância na Educação Infantil e à garantia do direito da criança pequena à literatura e às obras literárias de qualidade. A pesquisa revelou ainda que nem sempre é dada à biblioteca na Educação Infantil a importância necessária. No Brasil, sequer é cumprida a determinação legal de haver em cada escola uma biblioteca.

O segundo trabalho selecionado para que se fizesse uma leitura completa foi a tese de Juliane Motoyama (2022): “Bebeteca: engatinhando entre livros”. A pesquisa consiste em um estudo de caso e teve como objetivo caracterizar a configuração de uma bebeteca, considerando a mesma como um ambiente que abriga crianças de 0 a 3 anos, que tem como função aproximá-las das práticas de leitura e da função social da biblioteca. O estudo foi realizado em Presidente Prudente–SP, com auxiliares de bibliotecas de escolas de Educação Infantil da rede municipal do referido município. O estudo focou de maneira particular a ergonomia dos móveis e as práticas de mediação de leitura. Os resultados encontrados apontaram para a necessidade de investimentos nas materialidades das bebetecas, tais como, a ergonomia do mobiliário, que devem ser acessíveis e seguros para os bebês e as demais crianças. Ainda foram recomendadas atenção especial às especificidades do material de leitura para bebês, que devem, por exemplo, apresentar contrastes de cores, diferentes texturas e tamanhos, além de outros diferenciais. Ademais, a pesquisa revelou fragilidade na formação de professores mediadores de leitura.

Por fim, foi lida a dissertação de Lino (2019): “Biblioteca escolar: espaços, acervos, atividades e interações na educação infantil”. Este trabalho buscou conhecer e analisar as especificidades de bibliotecas escolares para atender crianças de 0 a 5 anos. Da mesma forma que as pesquisas citadas acima, trata-se de uma pesquisa qualitativa e de um estudo de caso. O *locus* do estudo foram instituições de Educação Infantil da rede municipal de Recife–PE. A investigação considerou aspectos relacionados à organização do espaço e do acervo, as atividades e interações e concluiu que, no que se refere às bibliotecas escolares de escolas da Educação Infantil, em Recife–PE, verifica-se uma escassez de bibliotecas em Creches e CMEIs, bem como de profissionais responsáveis por esse espaço. Segundo a pesquisa, “as professoras de biblioteca” eram docentes readaptadas de função por problemas de saúde, demonstrando a fragilidade na definição de uma identidade profissional para esse cargo. A respeito do espaço físico, o estudo revelou que as especificidades das

crianças de 0 a 5 anos nem sempre eram atendidas, tendo em vista que a biblioteca da Creche ocupava um espaço muito pequeno com um mobiliário que não facilitava o acesso das crianças aos livros de leitura para todo o grupo. No que se refere à avaliação do acervo, conforme o estudo realizado por Lino (2019), nas 2 bibliotecas foram verificados acervos constituídos de livros de literatura de boa qualidade. Lino (2019) conclui seu trabalho ressaltando a carência de políticas públicas que priorizem a implantação e a melhoria do espaço físico das Bibliotecas Escolares em unidades de Educação Infantil, a distribuição de acervos e demais materiais, bem como a necessidade de investimento na formação dos profissionais que são mediadores nesses espaços.

2.2 Levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI)

O levantamento realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) foi efetivado na 2ª quinzena de março de 2024, utilizadas as mesmas palavras-chave e os cruzamentos realizados no BDTD, ou seja: bebeteca, bebeteca e Educação Infantil, biblioteca escolar e Educação Infantil. Assim, na tabela 2, encontra-se o detalhamento do quantitativo de teses e dissertações encontradas na base de dados (BRAPCI).

Tabela 3 – Levantamento de dados realizado no BDTD – março de 2024.

Palavras-chave utilizadas nas buscas	Quantitativo de trabalhos encontrados	Artigos
Bebeteca	6	
Bebeteca e Educação Infantil	6	
Biblioteca escolar e Educação Infantil	23	
Total	35	35

Fonte: elaborada pelas autoras.

Do total de 35 trabalhos encontrados na base de dados (BRAPCI), 5 discutiam a organização de bibliotecas universitárias; 1 estudo fazia distinção entre biblioteca pública e escolar; 19 pesquisas discutiam práticas e estratégias de trabalho com a literatura nas bibliotecas da Educação Infantil; 8 estudos abordavam temas

pertinentes à formação do professor de biblioteca e do profissional bibliotecário para atuação na Educação Infantil; 2 trabalhos foram lidos integralmente e o critério para seleção ou exclusão dos trabalhos, foi o mesmo já citado anteriormente, sendo excluídas todas as pesquisas direcionadas somente para a formação de professores e para a importância da literatura infantil no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças menores de 6 anos sem fazer abordagem direta à constituição material das bibliotecas.

O primeiro trabalho encontrado na base de dados BRAPCI e fichado, foi “Bebeteca: espaço e ações para formar o leitor”, no qual Juliane Motoyama e Renata Souza (2014), mediante uma pesquisa bibliográfica problematizam o desenvolvimento da infância e apresentam a importância das bibliotecas para os bebês, ou seja, as bebetecas, e discutem ações capazes de contribuir com a formação do pequeno leitor, como a oferta de literatura desde a mais tenra idade. As autoras concluem que, além da formação social que se dará a partir da experiência estética e prática que será vivenciada com o livro e com o espaço social de uma biblioteca, os bebês a partir do contato com os livros serão beneficiados em seu desenvolvimento motor e sensorial. Neste sentido, segundo as autoras, é preciso investir na infraestrutura do espaço, na construção de bebetecas e na aquisição de livros literários de qualidade estética e lúdica. Segundo o referido estudo, no Brasil, ainda são incipientes trabalhos que discutem tal temática, daí a necessidade de se ampliar os debates de modo a contribuir com a efetivação de mais bebetecas no país.

A revisão de literatura, intitulada “Bebeteca: uma maternidade de leitores”, de autoria de Mariana Senhorini e Sueli Bortolini (2008), teve como objetivo buscar conhecimentos sobre as bebetecas nos estudos de biblioteconomia de outros países, tendo como recorte temporal a década de 80 e os textos em língua espanhola como principais referências. A pesquisa bibliográfica evidenciou que eram quase nulos os espaços de incentivo à leitura destinados às crianças de 0 a 5 anos. As autoras recomendaram investimentos por parte do governo brasileiro direcionados tanto à infraestrutura das bebetecas quanto à formação de profissionais bibliotecários capacitados para atuarem nesses espaços.

Em suma, é possível inferir que as pesquisas sobre bibliotecas nas escolas de Educação Infantil têm concluído majoritariamente que, no nosso país, esses equipamentos ainda não assumem o lugar de relevância como ambientes educativos e culturais. Nesta perspectiva, conforme ficou demonstrado nos estudos analisados,

são ínfimos os investimentos nesses equipamentos culturais de tamanha relevância que são as bibliotecas escolares, principalmente na Educação Infantil, reforçando a necessidade de políticas públicas direcionadas à superação deste quadro lamentável de descaso com as bibliotecas para a primeira infância.

3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: BREVE CONSIDERAÇÕES

Quem é a criança? Ao longo deste capítulo, buscaremos discorrer brevemente sobre esta questão complexa, apoiando-nos de maneira particular nos postulados da Sociologia da Infância e em normativas legais. Tomamos a criança como primeiro objeto de análise porque ela é o cerne da Educação Infantil. De maneira geral, a infância pode ser entendida como uma agência e uma construção social, uma geração que tem a criança como sujeito histórico, social e cultural (Sarmiento; Pinto, 1997; Corsaro, 2011).

Nessa perspectiva, na última década do século XX, estabeleceu-se um novo campo científico na Sociologia, a Sociologia da Infância, cujo objeto de estudo é a criança como ser social. Assim, surgem no âmbito desse novo campo científico pesquisas onde a criança deixa de ser vista como uma miniatura do adulto, um número estatístico, ou mesmo, uma “tábula rasa”.

Nesse sentido, assumimos, de antemão, a concepção de criança como sujeito de direitos, o que implica considerar a criança a partir dos diversos âmbitos da vida social, seus sentimentos, ideias, percepções, conhecimentos e proposições. Rejeitamos, a priori, a concepção segundo a qual a criança é um adulto em miniatura, visão antagônica à concepção de criança como sujeito de direitos, que, lamentavelmente, ainda se encontra viva no campo de muitas disputas políticas e ideologias. “A falta de uma história da infância e seu registro historiográfico tardio são um indício da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica” (Nascimento *et al.*, 2011, p. 3).

No Brasil, é somente no final do século XX que a criança é reconhecida como sujeito de direitos com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diante disso, conforme o art. 227 do referido dispositivo legal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Nesses termos, legalmente, no Estado brasileiro, a criança é sujeito de direitos. Contudo, no âmago da realidade social, ainda prevalecem diversas concepções de

criança, muitas calcadas no adulto como protagonista do processo formativo da criança, aquele que sabe, por isso só ele ensina sobre tudo o que a criança ainda haverá de conhecer. Além disso, também vigoram visões que tentam mesclar a concepção de criança como sujeito de direitos e como indivíduo tutelado. Conforme Sarmiento e Pinto:

Uns valorizam aquilo que a criança já é e que a faz ser, de fato, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo adulto; outros defendem a necessidade da proteção face a esse mundo. Uns encaram a criança como um agente de competências e capacidades; outros realçam aquilo de que ela carece (Sarmiento; Pinto, 1997, p. 33).

No caso da Educação Infantil, atualmente, o sistema educacional brasileiro dispõe de políticas públicas comprometidas com a qualidade e a equidade da primeira etapa da Educação Básica. Ainda que muitos desafios permaneçam, alguns avanços significativos já foram conquistados. A respeito da concepção de criança presente nas normativas vigentes para a Educação Infantil, a criança é tomada como protagonista de sua realidade e produtora de cultura. Mas nem sempre foi assim, como ficará problematizado ao longo desta discussão.

A Educação Infantil no Brasil tem mais de um século de história, como cuidado e educação extradomiciliar. Contudo, somente nas últimas décadas do século XX, a Educação Infantil passa a ser reconhecida no país como direito dos bebês e das crianças menores de 6 anos e de suas famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

Em 1975, a educação pré-escolar das crianças de 4 a 6 anos insere-se nas ações do Ministério da Educação, a partir da criação da Coordenação de Educação Pré-Escolar. No âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, foi instituído em 1977, um programa específico que destinava recurso financeiro e algum apoio técnico por meio de convênio direto com instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, que ofertavam ensino para crianças de 0 a 6 anos oriundas da população de camadas de baixa renda. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) era o órgão responsável pelo programa, sendo extinta em 1995, permanecendo o programa e dotação orçamentária para creches sob a responsabilidade da Assistência Social (Brasil, 2004, p. 06).

Nessa configuração, prevalecia o modelo assistencialista de atendimento às crianças de mães menos favorecidas economicamente e pertencentes à classe trabalhadora. Após mais de um século de descaso e abandono por parte do Estado, a Educação Infantil no Brasil tem como grande marco inicial a nossa Carta Magna de 1988, que constitui a educação como um direito fundamental das crianças. Sendo assim, quase uma década após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é homologada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 (LDB) que regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em 1999, destaca-se a criação do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) que consiste em uma articulação nacional e interinstitucional, suprapartidária que atua em defesa do direito à educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todas as crianças de 0 a 6 anos.

Ainda no que se refere à legislação, são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), através da Resolução CNE/CEB n.º 1, de 07 de abril de 1999, de caráter mandatório. Um dos frutos desta resolução foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) publicado como parte dos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ele reuniu objetivos, conteúdos e orientações didáticas para a Educação Infantil, constituindo-se em um norte importante para a qualidade desta relevante etapa da Educação Básica.

Por sua vez, a Resolução CNE/CEB n.º 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, trazendo atualizações significativas para o fazer na Educação Infantil nacional, colocando a criança como centro do currículo e como sujeito de direitos.

Segundo as referidas diretrizes, conceber as crianças como sujeitos de direitos, é tomá-las a partir de suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009, p. 12).

A partir da publicação da Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos. No ano de 2017, destaca-se a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

que institui e orienta a implantação de um planejamento curricular ao longo de todas as etapas da Educação Básica. Na Educação Infantil, ela dialoga com a DCNEI, mas traz um detalhamento maior ao listar os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem que são direitos das crianças matriculadas na Educação Infantil no Brasil.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), na Educação Infantil devem ser garantidos às crianças 6 direitos de aprendizagem: “brincar, explorar, expressar, conviver, participar, conhecer-se”. Esses direitos se organizam em campos de experiência, como proposta de estruturação do currículo das creches e pré-escolas comprometido com o desenvolvimento integral das crianças. Os cinco campos de experiência, O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações, estruturam o currículo de forma a ampliar as experiências infantis garantindo-lhes o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, além do direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Brasil, 2009).

A conquista mais recente, no que concerne ao processo de consolidação da política de Educação Infantil no Brasil, foi a promulgação da Resolução (CNE/CEB) n.º 1/2024, que aprova as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Elas devem ser implementadas em todo o território nacional pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Pela primeira vez, o CNE estabelece, como norma nacional, a implementação de diretrizes para a gestão e a infraestrutura da Educação Infantil, o objetivo das respectivas diretrizes é garantir a qualidade e a equidade em termos de gestão educacional, infraestrutura, ambientes educativos, processos pedagógicos e demais condições promotoras da aprendizagem e do desenvolvimento dessa faixa etária. Além disso, a iniciativa busca promover o acesso e a permanência de bebês e crianças até os 5 anos, 11 meses e 29 dias na educação infantil.

Conforme o art. 23 das diretrizes para a qualidade e a equidade na Educação Infantil (Brasil, 2024):

Art. 23. Nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, o planejamento e organização dos ambientes educativos (salas de referência, pátios internos e externos, biblioteca, salas multiuso, refeitório e outros que sejam utilizados para o trabalho com bebês e crianças) devem garantir:

II - livros e revistas de qualidade, com formatos e gêneros diversificados, que contemplem temáticas de interesse dos bebês e de crianças de diferentes idades e as diversidades e as especificidades do campo, das águas e das florestas;

III - mobiliários específicos para a organização de ambientes de bebês e crianças, preferencialmente com recursos naturais/naturalizados, bem como adaptados aos bebês e crianças público da educação especial para as diferentes atividades (exemplo: atividades sentadas, deitadas etc.);

IV - espaços arejados e iluminados, com aproveitamento da ventilação e iluminação naturais; seguros, limpos e saudáveis [...].

Portanto, nas diretrizes para a qualidade e equidade na infraestrutura das instituições de Educação Infantil, a biblioteca aparece como um dos espaços constituintes das unidades educacionais para bebês e crianças menores de 6 anos. Ademais, preconiza-se que a organização destes espaços possa garantir livros e revistas diversificados e de qualidade, mobiliário adequado para atender às especificidades do público da primeira infância e espaço físico seguro, confortável e acessível.

Em síntese, são recentes no Brasil as políticas públicas para a Educação Infantil, mas representam esforços e avanços para a consolidação de uma Educação Infantil de qualidade. Com relação ao nosso objeto de interesse, as bibliotecas escolares para bebês e crianças pequenas, percebe-se que estes espaços têm sido apontados por pesquisadores como fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos menores de 6 anos. Dessa forma, a potência da literatura na formação integral dos bebês e das crianças pequenas será a temática abaixo problematizada.

3.1 O direito à literatura na Educação Infantil

Antes de adentrarmos propriamente na discussão sobre o direito à literatura na Educação Infantil, julgamos como pertinente problematizar acerca do conceito de literatura, a qual é definida por Antonio Candido (2011, p.174) como sendo: “Todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações”.

Para Candido, portanto, a literatura é um bem cultural essencial aos seres humanos, na medida em que ela nos liberta e nos humaniza. Nessa direção, ainda argumenta Antônio Cândido (2011):

[...] podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente, no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar (Candido, 2011, p. 175).

Não obstante, obras literárias não podem ser reduzidas a artigos de luxo, a meios de dominação e de didatização. A literatura nos possibilita fluir e fabular, transitando pelos diversos mundos possíveis. Admitir que a literatura nos humaniza é pressupor que:

[...] confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (Candido, 2011, p. 7).

Diante disso, sendo o acesso à literatura na Educação Infantil brasileira um direito, tornam-se necessárias políticas públicas do livro e da leitura que sejam capazes de garantir o respectivo direito a todos os bebês e as crianças. “Andar entre livros” é a condição essencial da educação literária das novas gerações (Colomer, 2007, p. 197). No Brasil, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), instituído em 1997, foi um programa que cumpriu tais objetivos.

Entretanto, nos primeiros 11 anos do programa, que distribuiu obras literárias para as escolas, tratando-se de acervos cuidadosamente selecionados, não incluiu como público-alvo as crianças da Educação Infantil. Somente em 2008, mais de uma década depois do início do (PNBE), é que as escolas de Educação Infantil passaram a ser incluídas. Porém, elas receberam os acervos apenas nos anos de 2008, 2010, 2012 e 2014, quando o programa foi descontinuado. A tabela 4 mostra o quantitativo de acervos distribuídos às escolas de Educação Infantil nas edições em que esta etapa da Educação Básica fora contemplada.

Tabela 4 – Relação de livros inscritos x selecionados Educação Infantil.

	2008	2010	2012	2014
Livros inscritos (total)	1735	2514	2303	2787
Livros selecionados (total)	60	100	100	100
Acervos	3 acervos com 20 obras cada	4 acervos com 25 obras cada	4 acervos com 25 obras cada	4 acervos com 25 obras cada

Fonte: base de dados Ceale – FaE – UFMG.

Em 2018, através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), foram selecionadas obras literárias a serem distribuídas para as escolas de Educação Infantil. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) faz parte de um conjunto de ações voltadas à disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de Educação Básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas beneficiadas.

Por meio desta ação do programa Tempo de Aprender, as crianças da Educação Infantil irão receber os livros e materiais didáticos pela primeira vez na história! Isso significa que as crianças de 0 a 5 anos vão ingressar no período de Alfabetização muito mais preparadas (Brasil, 2022).

Ainda que a distribuição de livros seja uma ação política fundamental, não é suficiente para assegurar que o direito de ter acesso à literatura se cumpra. A esse respeito, corrobora-se com Ninfa Parreiras:

A escola é uma instituição que se apropriou do uso da literatura, como uma disciplina, um conteúdo, um veículo de transmissão de valores. Com isso, a leitura costuma ficar relegada a um trabalho didático, que não penetra na face subjetiva e subversiva da literatura. O contato com a literatura pode dar voz ao leitor, contribuir para sua formação cidadã, criar atmosferas de expressão

estética e de constituição de um olhar crítico sobre a vida (Parreiras, 2013, p. 188).

Portanto, no atual contexto, entende-se que o direito à literatura na Educação Infantil brasileira é um desafio, pois se faz necessário que obras literárias de qualidade e bibliodiversas² cheguem às escolas de Educação Infantil. Mas, não basta que as obras cheguem nas creches e pré-escolas, é necessário que tenham qualidade e que contemplem critérios de bibliodiversidade. Entretanto, ainda que sejam em número adequado e que tenham qualidade, é fundamental que as professoras desempenhem com competência o papel de mediadoras e apoiem com eficiência a formação do pequeno leitor de literatura.

Uma das políticas públicas comprometida com a educação literária de bebês e demais crianças de até seis anos de vida é o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI).

Durante os anos de 2013 a 2016, o “Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil” (Projeto LEEI), constituído por meio da parceria entre a Coordenação Geral de Educação Infantil da secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e três universidades federais, a UFMG, UNIRIO e UFRJ, realizou inúmeras reuniões técnicas, seminários internacionais e pesquisas com o objetivo de promover um amplo debate entre profissionais da Educação, professores, gestores e pesquisadores, sobre a prática pedagógica com a leitura e a escrita na Educação Infantil. O desafio era conhecer os múltiplos saberes e fazeres sobre a leitura e a escrita disseminados nas escolas de Educação Infantil nos diversos territórios brasileiros, refletir sobre eles, visando estabelecer diretrizes e parâmetros pautados no conhecimento científico e prático acerca da temática.

O projeto LEEI desenvolvido entre 2013 a 2016, culminou com a estruturação do curso de formação de professoras da Educação Infantil, cujo material didático se estrutura na coleção de mesmo nome.

Em 2017, o curso foi implementado, pela primeira vez, integrando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ofertado para profissionais que atuavam nas secretarias de educação ou indicados pelos municípios.

Nos anos seguintes, o curso LEEI continuou sendo ofertado, o que foi possível

² A bibliodiversidade diz respeito à ampla diversidade de livros, englobando uma grande variedade de tipos, gêneros, formatos, suportes, autorias, técnicas de ilustração, estilos literários, períodos históricos e níveis de complexidade.

por meio de parcerias e convênios com prefeituras, financiamento de emendas parlamentares e de fundações.

Em 2024, o LEEI, ao integrar as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), foi ofertado em mais de 90% do território nacional e, oportunizou a formação como curso de atualização para cerca de 210 mil professoras da pré-escola.

Retomar a oferta do LEEI como política pública de formação continuada é importante para nosso estudo considerando o destaque dado à formação das professoras de pré-escola como mediadoras e promotoras de leitura literária junto às crianças da pré-escola. Destaca-se, portanto, como uma iniciativa fundamental para a garantia do direito à literatura na Educação Infantil, somando-se à compra e distribuição de livros realizada pelo Programa Nacional do Material e do Livro Didático - PNLD. Na referida formação, a literatura é uma temática central do processo formativo das professoras, promovendo, assim, discussões teóricas e metodológicas para um trabalho mais significativo com a literatura para crianças e bebês. Integram a carga-horária presencial, tempos dedicados às “tertúlias literárias” e a oficinas de literatura infantil.

Figura 2 – Livros da coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil.



Fonte: biblioteca pessoal da pesquisadora (2025).

Nas experiências formativas das “tertúlias literárias”, as professoras leem, e dialogaram sobre as experiências individuais de leitura das diversas obras literárias. Durante as oficinas de literatura infantil, as cursistas vivenciam experiências estéticas com a literatura e problematizam a concepção de obras literárias de literatura infantil de qualidade e sobre a importância de acervos bibliodiversos.

Sendo assim, o LEEI configura -se uma política pública de formação continuada de professoras da Educação Infantil, que complementa a distribuição de livros literários nas escolas.

Em síntese, a literatura é um direito dos bebês e das crianças menores de 6 anos, visto que ela nos possibilita fabular, imaginar, criar e ler o mundo. Ela nos torna mais completos e humanos, nos capacitando para vivenciar o princípio da alteridade nas diversas relações que tecemos cotidianamente. De forma secundária, o trabalho com a literatura pode ainda ampliar o vocabulário das crianças e despertar o interesse pela leitura e pela escrita. Garantir o direito dos bebês e das crianças à literatura é também contribuir com uma Educação Infantil de qualidade.

Nesse sentido, para que a literatura possa cumprir seu papel na vida das crianças, reiteramos o exposto por Sônia Kramer (2008), quando afirma que:

As crianças que têm acesso a livros de literatura infantil e experimentam situações reais de leitura e escrita provavelmente, se constroem como falantes da língua, como leitoras e como produtoras de escrita antes que os adultos tenham a intenção de alfabetizar (Kramer, 2008, p. 67).

Nessa perspectiva, a garantia do direito à literatura para todos os estudantes da Educação Infantil, requer antes de tudo, políticas públicas bem articuladas, mas também, mudanças de concepção dos agentes de ponta, ou seja, dos atores que se encontram envolvidos com o fazer nas bibliotecas escolares e nas escolas de Educação Infantil. As reflexões sobre a relevância da literatura para a formação integral dos bebês e das crianças pequenas jogam luz na importância da biblioteca escolar para a primeira infância. Não obstante, a discussão do próximo capítulo centra-se em torno da história da biblioteca escolar no Brasil e da concepção de bebeteca, isto é, uma biblioteca especializada no acolhimento da população da primeira infância, de suas famílias e cuidadores.

4 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO

A discussão deste capítulo centra-se na história das bibliotecas escolares no Brasil, partindo da atuação dos Jesuítas até a promulgação da Lei Federal n.º 14.837/2024, que instituiu o Sistema Nacional de Bibliotecas. O entendimento dos fatores que contribuíram para a consolidação das bibliotecas nas escolas brasileiras requer uma profunda análise e reflexão do processo da construção histórica destes espaços. No Brasil, a grande patrona das bibliotecas foi a Igreja Católica. Todavia, o objetivo que estava por trás da instituição de bibliotecas era a catequização e, se o gosto pela leitura acontecia, esse não era o fim do projeto teológico em curso. Nessa perspectiva, os povos indígenas brasileiros tiveram acesso aos livros e à leitura para melhor servirem aos ditames da exploração portuguesa (Leite, 2004).

Nesse sentido, os primeiros capítulos da história da biblioteca no Brasil tiveram como pano de fundo os ensinamentos catequéticos mediados pelos Jesuítas que aqui chegaram, primeiramente no estado da Bahia, por volta de 1549, chefiados por Manuel da Nóbrega com o intuito de catequizar indígenas e instruir os colonos (Moraes, 2006; Silva, 2008; Silva, 2012).

No período em que se deu o processo de escolarização e catequização realizado pelos jesuítas, as bibliotecas eram chamadas de livrarias. As livrarias das instituições jesuítas no Brasil tiveram o acervo formado pelos próprios padres da companhia, que traziam em suas bagagens vindas de Portugal, quantidade notável de obras. O empenho dos jesuítas era tamanho que: “Não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundeza dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros” (Leite, 2004, p. 113).

A constituição de bibliotecas no território brasileiro foi uma ação pioneira da Companhia de Jesus, mas outras ordens deram segmento à especialização religiosa das bibliotecas. “Podem ser destacadas, além dos Jesuítas, as ordens dos Franciscanos, dos Beneditinos, Carmelitas que chegaram já em meados do século XVII ou mesmo que tenham seus registros atestados já a partir desse século” (Silva, 2012, p. 23-24).

Por sua vez, a parcela da população brasileira economicamente favorecida, passou a contar com a possibilidade de formação intelectual nos colégios religiosos instituídos em muitas regiões do território brasileiro. Durante 4 séculos, no nosso país,

o livro e a leitura não estavam ao alcance de todos, mas se tratava de um privilégio para alguns. Nesse caso, querer, de fato, não era poder.

A biblioteca constituída para fomento à pesquisa e ao deleite literário somente passou a ser uma realidade em solo brasileiro no ano de 1810, com a inauguração da Biblioteca Régia. Até 1914, a Biblioteca Régia era propriedade dos membros da Coroa Portuguesa, sendo estes os únicos a terem direito de usufruírem dela. Todo o acervo que integrava as coleções da Biblioteca Régia foi trazido da Biblioteca Real de Portugal. Tratava-se de um acervo composto por obras de pesquisa e de literatura. Além disso, manuscritos, mapas e ilustrações de valor notável também faziam parte do acervo (Silva, 2008).

Ao longo do século XIX e grande parte do século XX, as principais ações de criação e manutenção de bibliotecas no país não foram de autoria do Estado. Os acervos desses equipamentos eram financiados e mantidos por meio de doações, compras ou dos acervos dos jesuítas. Desse modo, o panorama até aqui traçado revela um Estado totalmente omissos no que se refere à “democratização” e “democratização do conhecimento e da informação”. Um cenário onde livros e bibliotecas se concretizavam em artigos e espaços para poucos.

Nesse sentido, posiciona-se Lúcia Maroto:

Em 1906 começaram a surgir no país, especialmente na cidade de São Paulo, as bibliotecas populares das associações de trabalhadores lideradas por operários imigrantes, que, como o objetivo de alfabetizar e politizar esses trabalhadores, organizavam cursos com a utilização de jornais, folhetos, livros, promoviam e incentivavam a realização de palestras, conferências e apresentação de peças teatrais com a participação dos próprios operários, cujos textos retratavam os problemas e as questões relacionadas ao trabalho e à vida cotidiana (Maroto, 2012, p. 52).

Em um extremo, uma população às margens do mecanismo de ascensão cultural e, no outro, governos onde a garantia de bibliotecas bem estruturadas para todos não estava na lista das prioridades governamentais. No âmbito de uma República recém-constituída e impregnada por concepções e ideologias monarcas, surge uma espécie de militância de intelectuais que muito contribuíram com a educação brasileira.

Com relação às bibliotecas, os pensadores escolanovistas se posicionaram de modo a questionar “O abandono e sucateamento delas, situação essa que perdurou

até meados da década de 1930, quando novas propostas educacionais começaram a surgir no país por meio do movimento escolanovista” (Aranha, 2006, p. 246).

Os pensadores da Escola Nova colocaram o estudante no centro do processo ensino-aprendizagem, rompendo com a concepção hierárquica e verticalizada predominante nas escolas. O conhecimento não pertence ao professor, as bibliotecas não são somente das elites. As relações ensino-aprendizagem são espirais e constantes. Esse intenso movimento intelectual deu origem às primeiras reformas educacionais brasileiras. A esse respeito, argumenta Jussara Pimenta:

As reformas dos educadores escolanovistas, como Fernando de Azevedo, em São Paulo, e Anísio Teixeira, no Distrito Federal, foram responsáveis pela introdução de novos conceitos em educação. Essas reformas significaram uma verdadeira renovação das técnicas e dos processos escolares e repercutiu em outros estados brasileiros. Privilegiando a ‘função social da escola, atendeu ao seu enriquecimento interno e ao alargamento de seu raio de ação’ (Pimenta, 2011, p. 77).

Nesse contexto, os tempos e espaços das instituições educacionais assumem novos significados e não foi diferente com as bibliotecas escolares. Nessa direção, postula Pimenta (2011):

[...] foram criados prédios escolares com a inclusão de gabinetes dentário e médico, laboratório, biblioteca e museu escolar. A reforma paulista previa: a criação de bibliotecas e museus escolares em todas as escolas ficou determinada pelo Decreto n.º 3.281, de 23 de janeiro de 1928. Este estipulava que escolas deveriam manter duas bibliotecas: uma para alunos e outra para professores. Propunha uma organização mais racional da biblioteca da Escola Normal e criava o cargo de bibliotecário, para organizar e administrar as bibliotecas e também atender os alunos e professores que solicitassem esse serviço (Pimenta, 2011, p. 79).

Nascia assim um sistema educacional pautado por diretrizes calcadas em teorias libertárias, críticas e humanizadoras. Uma Educação que visava, em todos os níveis e modalidades, a formação integral de cada sujeito.

O panorama delineado por Bernadete Campello *et al.* (2012) evidencia que o protagonismo das bibliotecas na construção da cidadania não tem sido fácil e nem tem se dado a passos largos. Não obstante, a conquista por parte das bibliotecas de um lugar social significativo tem sido um processo moroso, permeado por lutas, pesquisas e debates, mas com alguns resultados satisfatórios.

A Lei n.º 4.024/61 e a Lei n.º 5.692/71 fixaram em 1961 e 1971 as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a organização para o Ensino de 1º e 2º

graus (Brasil, 1971). Essas duas leis marcam o início de um conjunto de políticas educacionais importantes para o país, com a ampliação do acesso à instrução para a população brasileira, apresentando avanços e retrocessos. Analisando as transformações da política educacional brasileira desde a sua origem até a década de 1990, sob a ótica da biblioteca escolar, não há nenhuma menção relevante na legislação quanto a essa temática. A inclusão da biblioteca escolar ocorreu somente a partir da Lei n.º 9.394/96, que reestabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que menciona a biblioteca como ambiente de aprendizado e incentivo à leitura como forma de preservar e conservar aspectos culturais relevantes, para a formação de cidadãos conscientes da importância de diferentes acervos culturais e a necessidade de frequentá-los (Campello *et al.*, 2012, p. 18).

Nessa perspectiva, no século XXI, as bibliotecas se apresentam como equipamentos culturais, se constituindo como provas materiais da engendrada arte da resistência. Foi somente na última década do século XX que as bibliotecas escolares se tornaram alvo de uma política pública ampla e consistente, embora relacionada exclusivamente ao envio de livros para as escolas.

Um marco importante para a biblioteca escolar foi a criação do Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE), uma política de âmbito governamental que distribuiu livros didáticos, livros literários e periódicos para alunos e professores da rede pública de ensino em diferentes níveis. O PNBE, desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O programa divide-se em três ações: PNBE Literário, PNBE Periódicos e o PNBE do Professor (Brasil, 2019).

Portanto, o reconhecimento da contribuição das bibliotecas para o desenvolvimento social é uma lição já realizada pelo Brasil. Os desafios de um país continental estão postos, mas não são intransponíveis. Nesse sentido, entende-se que o entrave mais relevante para assegurar o acesso ao livro e a promoção da leitura no Brasil é priorizar nas agendas governamentais as políticas públicas destinadas à infraestrutura e organização das bibliotecas, bem como, a formação continuada de profissionais diversos: bibliotecários; professores; e mediadores de leitura, com vistas à garantia da qualidade desses importantes espaços culturais e educativos.

Ao longo dos tempos, as bibliotecas, sejam públicas, especializadas ou escolares³, foram conquistando um lugar significativo nas mais diferentes sociedades,

³ Conforme Conselho Federal de Biblioteconomia, as bibliotecas públicas surgiram com a missão de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independente de classe social, cor, religião ou profissão. Seus objetivos são estimular o hábito de leitura e preservação do acervo local. As bibliotecas especializadas são dedicadas à reunião e organização de acervo relativo a um conhecimento específico. Ex.: biologia, medicina, geografia,

consolidando-se como equipamentos culturais e educativos. São ressignificados seus fazeres, mas jamais será depreciado o seu valor histórico, cultural e social.

Na atualidade, compreende-se a biblioteca escolar como um espaço democrático, conquistado e construído através do fazer coletivo (alunos, professores e demais grupos sociais); sua função básica é a transmissão da herança cultural às novas gerações de modo que elas tenham condições de reapropriar-se do passado, enfrentar os desafios do presente e projetar-se no futuro (Maroto, 2012, p. 75).

O governo brasileiro tem dado passos significativos para reconhecer, valorizar e promover as bibliotecas escolares. Prova desse esforço é a promulgação da Lei Federal n.º 14.837/2024, que altera a Lei Federal n.º 12.244/2010 e, dentre outros, estabelece a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Cabe ressaltar que a biblioteca escolar somente passou a ser uma exigência para as escolas brasileiras há 15 anos, uma exigência que continua muito distante de ser uma realidade, principalmente para as escolas de Educação Infantil.

Essa situação lamentável fica explicitada nas pesquisas de Vieira e Baptista (2023) e de Fabiola Faria (2024), que fizeram uma análise sobre a qualidade na oferta de Educação Infantil no Brasil e citam 30 documentos elaborados pelo Ministério da Educação entre 2006 e 2016. A partir dos referenciais tomados, as pesquisadoras problematizaram os desafios e os avanços para a primeira etapa da Educação Básica, em uma década. Nos documentos elencados, a leitura, o contar e ouvir histórias e os livros, aparecem como partes essenciais para uma Educação Infantil de qualidade. A inexistência de bibliotecas na produção de conhecimento e de recomendações para a Educação Infantil foi o ponto alto da análise, confirmando que a biblioteca ainda não está na agenda de prioridades dentre as políticas públicas para a Educação Infantil em nosso país. Em outras palavras, foi constatado que, nos 30 documentos apresentados pelas pesquisadoras, a biblioteca não aparece como reivindicação e nem mesmo como temática de discussão.

Portanto, frente ao questionamento inicialmente levantado nesse estudo, a respeito do lugar da biblioteca escolar na Educação Infantil brasileira, a literatura tomada para análise evidencia que, até menos de uma década atrás, a biblioteca escolar na Educação Infantil ocupava o lugar da inexistência. Não obstante, ficou

etc. As bibliotecas escolares são destinadas a fornecer material bibliográfico para as atividades de uma escola.

evidenciado que a biblioteca no Brasil já percorreu um longo caminho. Indo do serviço à catequização dos povos indígenas, passando pelo processo de instrução formal dos colonos pertencentes à elite, adentrando no universo das escolas públicas, para então afirmar-se como equipamento cultural e educativo indispensável à nossa sociedade. Considerando as bibliotecas escolares como primordiais ao processo educativo de todos os estudantes. Na sequência, problematizaremos o conceito de bebeteca, ou seja, “[...] uma biblioteca para a primeira infância [...]” (Baptista *et al.*, 2016, p.109).

4.1 Bebeteca: biblioteca para crianças de 0 a 6 anos

As bibliotecas voltadas para a primeira infância, surgem como ambientes e espaços necessários para a democratização do acesso das crianças menores de 6 anos aos livros. Esses são espaços relevantes também para as professoras, as famílias e os demais responsáveis pelos bebês e pelas crianças pequenas. No Brasil, tanto a nomenclatura como o conceito de bebeteca encontram-se em um processo de construção ou mesmo de ressignificação, tendo em vista que a bebeteca já é uma realidade em outros países como: França, Itália e Espanha. Parreiras (2013); Mercê Escardó i Bas (1994); Mariana Senhorini, e Sueli Bortolin (2008).

A França apresenta-se como a precursora da expressão bebeteca. Quando, ao elaborar propostas para uma educação de qualidade para todos, enfatizou a importância da *bébéthèque* para os bebês. No entanto, o termo só alcançou dimensões mundiais quando proferido na V Conferência Europeia de Lectura que aconteceu em Salamanca em 1987. *Bébéthèque* foi o tema da palestra de Georges Cure. (Senhorini; Bortolin, 2008, p. 123).

O trabalho de Escardó i Bas (2003) apresenta e discute um projeto inspirador de bebeteca realizado na biblioteca pública de Can Butjosa, instalada no município de Parets del Vallès, na região metropolitana de Barcelona. Conforme Escardó i Bas:

Desde 1995 a biblioteca Infantil e Juvenil Can Butjosa está, graças às obras de ampliação, direcionada do então arquiteto municipal Salvador Matas, o espaço que usuários e funcionários sonhavam: ocupamos todo o espaço disponível, para subir ao piso superior temos uma rampa além da escada, o canto do piso tem uma lareira; o espaço para os mais pequenos, a bebeteca, foi construído propositadamente para que eles e os pais fiquem confortáveis e tranquilos e, a melhor de todas as novidades, temos varandinha que permite os leitores que estão no piso superior para ouvir e ver tudo que acontece no recanto mais mágico da biblioteca e ouvir as histórias sem serem vistos (Escardó i Bas, 2003, p. 118, tradução nossa).

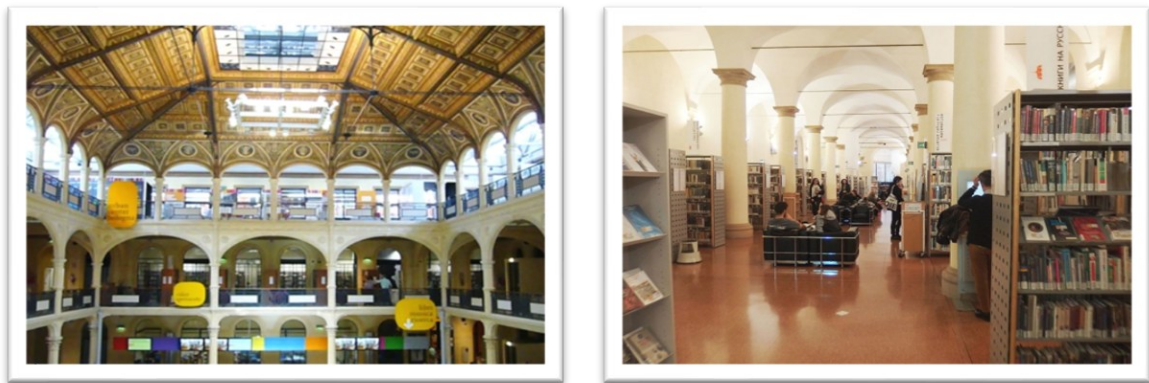
Figura 3 – Fotos da biblioteca Can Butjosa.



Fonte: imagens retiradas do site da biblioteca Infantil e Juvenil Can Butjosa.

A biblioteca Salaborsa Ragazzi, em Bolonha, no norte da Itália, tem um espaço dedicado aos bebês. Localizada no centro histórico da cidade, está aberta ao público interessado. Ainda grávida, a mãe pode fazer a carteirinha para frequentar a biblioteca. A decoração, as cores, os móveis, os livros, o tapete, está tudo perfeitamente adaptado às necessidades de uma criança de colo e seu acompanhante (mãe, pai). Há avisos e informes de acordo com o mundo dos bebês, como nutrição, cultura e higiene. E os móveis são sem pontas, arredondados e acessíveis aos pequenos (Parreiras, 2013, p. 210).

Figura 4 – Fotos da biblioteca Salaborsa Ragazzi – Bolonha/Itália.



Fonte: imagens retiradas do site da biblioteca Salaborsa Ragazzi (2024).

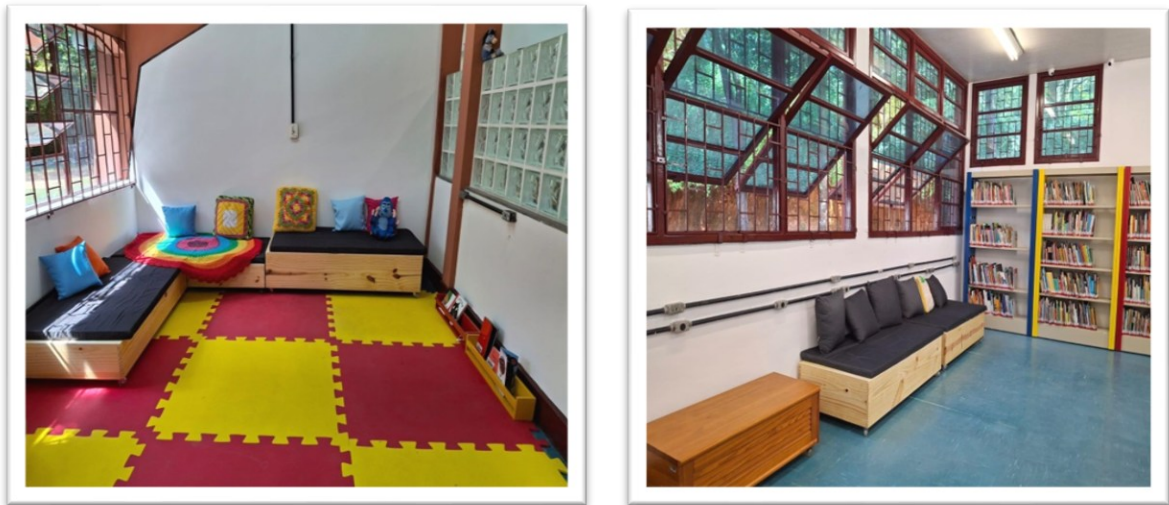
Conforme Senhorini e Bortolin (2008), as primeiras experiências de bebeteca no Brasil se concretizaram no estado do Paraná, no município de Castro. No artigo: “Bebetecas em escolas da Educação Infantil: espaços do livro e da leitura”, Baptista *et al.* (2016) discutem “[...] a constituição de um espaço multimodal denominado Bebeteca”. Para tanto, tomam para a análise 3 experiências distintas de bebeteca: a 1ª experiência vivenciada por Maria Emilia Lopez em um jardim maternal, localizado

em Buenos Aires; uma 2ª como política pública, implementada em Sorocaba–SP e relatada por José Simões de Almeida Junior. Já a 3ª, trata-se da vivência na bebeteca da Faculdade de Educação da UFMG, experienciada pela professora Mônica Correia Baptista.

No relato da experiência de Buenos Aires, foram discutidas as estratégias metodológicas da bebeteca do jardim maternal de uma faculdade de Direito. A pesquisadora discute momentos de interações entre os bebês e as famílias, discorre acerca da biblioteca andarilha e faz considerações sobre as atividades artísticas, dentre outras. Por sua vez, no caso de Sorocaba, foram elencadas as estratégias de implementação do projeto da bebeteca como política pública do município, sendo listadas as seguintes metas: Formação de mediadores de leitura em Bebetecas, a partir de dezembro de 2013; Implantação e implementação de bebeteca no Centro de Referência em Educação (CRE), em agosto de 2014; Criação do Comitê Leitor (até fevereiro de 2015); Desenvolvimento do Centro de Documentação de Literatura para crianças, até dezembro de 2015; Implantação e implementação de 3 bebetecas em CEI até março de 2015 e; Implantação e implementação de 50 bebetecas em 2015.

A respeito da bebeteca da Faculdade de Educação da UFMG, Baptista argumenta que o objetivo principal desse espaço é promover atividades acadêmicas que capacitem alunos da graduação e da pós-graduação, bem como professores e bibliotecários a organizarem os ambientes, selecionarem e disponibilizarem os acervos, bem como realizarem mediações adequadas que considerem as especificidades de bebês e demais crianças pequenas.

Figura 5 – Bebeteca da Faculdade de Educação – UFMG.



Fonte: acervo da pesquisa (2025).

Com mais de uma década de atuação, a bebeteca da Faculdade de Educação da UFMG, tem contribuído de forma significativa para as pesquisas e para o processo de construção de conhecimentos sobre bebetecas. Palestras, mesas redondas, cursos e projetos diversos são ações que vêm sendo realizadas através da bebeteca da FAE/UFMG, que atualmente integra a “Casa da Infância”⁴.

Mariana Modesto (2023) destaca a importância das bebetecas — bibliotecas voltadas à primeira infância — para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Apresenta exemplos de bebetecas e bibliotecas infantis no Brasil (como UFSCar, Parque Villa Lobos, Belas Artes, Imbituba) e em vários países (como China, Japão, Dinamarca, Alemanha e Singapura), com espaços criativos, acolhedores e educativos, que estimulam a leitura desde os primeiros anos de vida.

Adair Neitzel *et al.* desenvolveram uma pesquisa na bebeteca do Centro Educacional (CEI) “João Vitorino no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina–SC”. O objetivo da pesquisa foi discutir como a bebeteca pode ser um espaço de leitura habitável e de educação estética dos bebês e das crianças pequenas. Para as pesquisadoras, o habitável é intrínseco ao que é acolhedor, ao que gera vínculo e constrói afeto. Em síntese, a história das bebetecas no mundo e no Brasil é recente, mas bastante promissora como um recurso potente no que se refere à garantia do direito dos bebês e das crianças pequenas de terem acesso à literatura.

⁴ Para conhecer melhor a Bebeteca da FAE/UFMG, acesse o Instagram: @bebetecaufmg e o site: <https://lepi.fae.ufmg/bebeteca/>.

Conforme evidenciado, as bebetecas têm características próprias, sobre as quais dialogaremos a seguir. De modo geral, defende-se que os ambientes de aprendizagem da Educação Infantil precisam contar com bibliotecas, que, assim como os demais espaços educativos das creches e das pré-escolas, precisam ser acessíveis aos seus usuários, ou seja, aos bebês, às crianças bem pequenas e pequenas. Dessa forma, as creches e pré-escolas precisam contar com bebetecas.

Conforme o Guia Bebeteca da Urban95 (2023, p.11), bebetecas são “[...] espaços de estar e de acolhimento coletivo para crianças e seus acompanhantes”. Nesse sentido, a bebeteca pode ser definida como:

[...] um serviço especialmente para crianças pequenas [...] que inclui também um espaço físico, com livros escolhidos para atender as necessidades dos menores e seus pais, o empréstimo destes livros é feito regularmente. Além de palestras para os pais sobre o uso dos livros e contação de histórias para os pequenos essa atenção constante é dada aos seus usuários por profissionais que atuam na biblioteca. (Escardó i Bas, 1994, p. 27, tradução nossa).

Para os autores pesquisados, bebetecas são bibliotecas voltadas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos e seus respectivos responsáveis. Entretanto, ressaltamos haver variações na literatura pesquisada em relação à faixa etária do público a ser atendido pelas bebetecas: entre 0 a 3 anos, 6 meses de vida, a 3 anos, 0 a 5 anos e de 0 a 6 anos (Escardò i Bas, 2003; Senhorini, 2008; Baptista, 2016; Lino, 2019). Salientamos que neste estudo concebemos a bebeteca como bibliotecas que atendem crianças de 0 a 6 anos, haja vista que essa é a faixa etária atendida pela Educação Infantil brasileira.

Diante disso, a biblioteca para a primeira infância precisa perceber e acolher as necessidades e as especificidades das crianças.

Quando a linguagem ainda é simples e rudimentar, a criança pode ser apresentada ao mundo da literatura, dos livros infantis, seja a partir da audição de histórias ou do manusear livros. Considerando que as relações entre o ambiente e os objetos estão humanizando esses indivíduos, oferecer um espaço projetado para abrigar os livros e proporcionar práticas de leitura é fundamental para a formação do leitor desde o início. É na bebeteca que os bebês aprenderão a lidar com os objetos históricos e culturais da humanidade como por exemplo, o livro (Souza; Motoyama, 2016, p. 27).

Nesse sentido, cabe à escola compreender que a bebeteca é um espaço de aprendizagem e desenvolvimento infantil, portanto, esse espaço requer ambiências e

práticas coerentes com a sua aplicação. Uma sala específica para se construir uma bebeteca. Este local deve ser arejado e bem receptivo, pois “[...] uma biblioteca bem organizada, especialmente construída ou reformada para acolher livros e seus leitores é, com certeza, o primeiro estímulo para a leitura” (Pereira, 2006, p. 09).

Antes de tudo, uma bebeteca precisa ser um lugar acolhedor. Adair Neitzel *et al.* (2024) concebem a bebeteca como um espaço organizado para acolher os bebês e as crianças, promover a leitura, a autonomia e a educação estética. Desse modo, a organização adequada é aquela onde a criança fique confortável, portanto, o local necessita de ventilação e iluminação adequadas, um espaço mínimo de 1,2 m² para cada usuário, além de possuir diversos elementos que possibilitem a acessibilidade como estantes de diferentes tamanhos, cestos com livros para os menores conseguirem pegar os materiais, e outros meios lúdicos de oferta como livros pendurados em móveis acessíveis, baús, cantos decorados, entre outros (Silva, 2009, p. 29).

Todavia, é importante salientar que a ludicidade intrínseca a uma bebeteca, não pode reduzir esses espaços a ludotecas, parques ou mesmo a outros tantos espaços recreativos que permeiam as escolas de Educação Infantil. Não podemos confundir uma bebeteca com sala de recreação, ou com uma brinquedoteca. São espaços com finalidades diferentes e com acessibilidade bem específica (Parreiras, 2013, p. 183-184).

Portanto, a Educação Infantil, ainda que não tenha leitores convencionais, tem leitores de mundo, de imagens e ouvintes atentos. Assim, o reconhecimento da importância das bebetecas na Educação Infantil consiste em um passo decisivo para a formação de leitores em nosso país. Retomando a nossa indagação inicial sobre as especificidades das bibliotecas escolares que atendem bebês e crianças pequenas, o referencial teórico analisado aponta para a necessidade das bebetecas se constituírem em espaços confortáveis, seguros, amplos, acessíveis, organizados e adaptados para o atendimento da população da primeira infância. Estes espaços precisam ainda contar com acervos bibliodiversos e com boas práticas de mediação de leitura. No capítulo a seguir, são apresentadas as escolhas metodológicas que fizemos no decorrer da pesquisa.

5 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, buscamos traçar os caminhos metodológicos percorridos ao longo do estudo e que consistiram nas nossas opções metodológicas. Sendo assim, a pesquisa é do tipo qualitativa e consiste em um estudo de caso. Segundo Yin (2001, p. 32): “[...] o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

O projeto inicial desta pesquisa foi submetido no primeiro semestre de 2024 ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP/UFMG) para apreciação e aprovação da pesquisa. O referido órgão, cuja finalidade é proteger e assegurar o bem-estar dos participantes das pesquisas realizadas na instituição, emitiu parecer favorável ao desenvolvimento desta pesquisa (Ver Anexo 1).

Foram pesquisadas 8 instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Guanhães–MG, todas situadas na sede do município, sendo este último o critério de seleção desta amostra. Do total de instituições pesquisadas, 4 eram creches, 1 escola exclusivamente para crianças com 4 e 5 anos e 3 atendiam turmas da pré-escola e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Gestoras e professoras das respectivas instituições foram convidadas a participarem da pesquisa como respondentes de um questionário aplicado via *Google Forms* (Apêndice A).

Com intuito de validar o questionário, anteriormente à aplicação do mesmo, foi realizado um estudo piloto: o formulário foi enviado a 3 professoras voluntárias com experiência na Educação Infantil. Com o estudo piloto, procuramos verificar falhas técnicas como: formatação; configuração; funcionamento correto do *link*; dentre outros. Também foi objetivo do estudo piloto, avaliar o nível de compreensão das questões propostas e outras possíveis falhas. Contudo, a devolutiva das professoras voluntárias foi positiva, confirmando a adequação do formulário proposto.

As gestoras e as professoras foram abordadas pela pesquisadora nas reuniões pedagógicas que acontecem semanalmente nas escolas da Rede Municipal de Educação de Guanhães. O contato da pesquisadora com as gestoras e com as professoras foi efetivado na 1ª quinzena de julho de 2024. Em cada uma das reuniões que participou, a pesquisadora apresentou o estudo. Na oportunidade, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado

por cada uma das 38 participantes (Apêndice D). Também enfatizou a importância da participação delas para a qualidade da Educação Infantil brasileira.

Além disso, dentre as 8 escolas abarcadas pelo estudo, a instituição com maior quantitativo de estudantes da Educação Infantil teve sua biblioteca observada pela pesquisadora tendo como princípios norteadores da observação, os pressupostos do Guia prático para implementação de bebeteca (Urban95, 2023) e o documento Biblioteca Escolar como Espaço de Produção do Conhecimento – Parâmetros para Bibliotecas Escolares (Campello *et al.*, 2010), os quais nortearam a elaboração do roteiro de observação constante do Apêndice B.

Conforme contato efetuado junto à Secretaria Municipal de Educação de Guanhães–MG, foi constatado que a escola municipal “Pingo de Luz” seria a escola que contabilizava o maior número de matrículas da Educação Infantil. A referida escola encontra-se situada à rua Josefina Gomes Pimentel, n.º 113, bairro Recanto da Serra, Guanhães–MG, CEP: 39.740-000. Neste ano de 2024, a escola tinha matriculadas aproximadamente 317 crianças de 4 e 5 anos, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Nestes termos, a observação foi realizada na E. M. “Pingo de Luz” durante os 10 dias letivos da 1ª quinzena de agosto de 2024. Durante o período de observação, também foi realizada uma entrevista semiestruturada com a gestora da E. M. “Pingo de Luz” (Apêndice C). A entrevista foi realizada para encontrar respostas para algumas questões surgidas ao longo da observação.

Considerando que o aspecto diferenciador do estudo de caso reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – “[...] documentos, artefatos, entrevistas e observações [...]” (Yin, 2001, p. 57), após a coleta dos dados, eles foram tabulados e analisados com o emprego da análise de conteúdo fundamentada por Morais (1999).

5.1 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de Guanhães–MG, situado na região leste do estado de Minas Gerais, mesorregião do Vale do Rio Doce, a aproximadamente 240 km da capital Belo Horizonte.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2022, Guanhães–MG tem aproximadamente 32 mil 244 habitantes. A densidade demográfica é de 29,99 habitantes por km e a média de moradores por residência é

de 2,69. Considerando o ranking de população do estado, Guanhães ocupa a 108ª posição em relação aos 853 municípios do estado de Minas Gerais.

Possui 1 sede e 4 distritos, entre a zona urbana e rural, que compõem o município, sendo considerado polo dentre os 20 municípios que perfazem a geografia imediata da regional. As atividades do terceiro setor se constituem no segmento produtivo mais expressivo do município. A renda média dos trabalhadores guanhãesenses é de 1,8 salários mínimos. A taxa de ocupação da população em 2021 era de aproximadamente 23%. A renda per capita anual é de R\$ 23.000,00. As receitas oriundas de fontes externas representam 65%, colocando o município na 17ª posição no ranking dos 20 municípios que integram a microrregião de Guanhães–MG (IBGE, 2022).

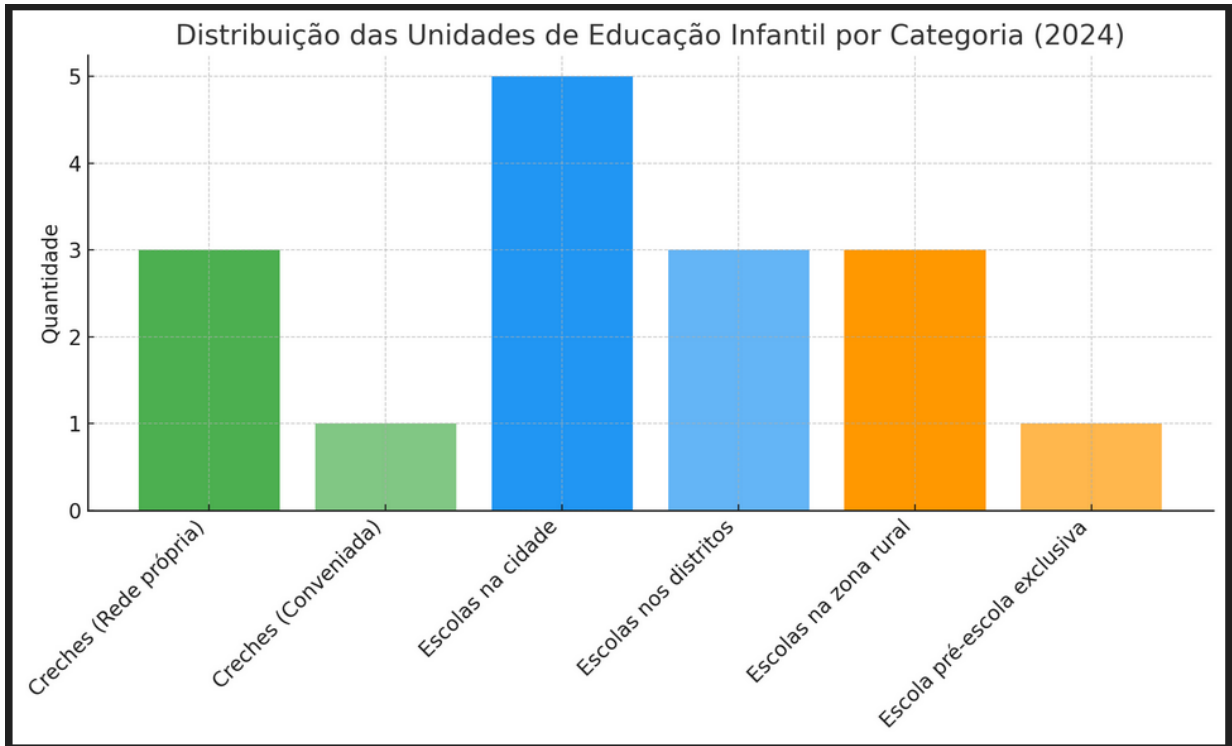
Com relação à educação da rede pública, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Guanhães é de 5,8 para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Quando comparado com os 20 municípios regionais, ocupa a 7ª posição. O IDEB para os anos finais é de 5,3, representando a segunda posição regional.

De acordo com dados da SME Guanhães, a rede municipal de educação é constituída por 4 creches, sendo 3 da rede própria e uma instituição conveniada. Todas as creches de Guanhães estão localizadas na sede do município.

Além disso, integram a Rede Municipal de Educação de Guanhães 10 escolas híbridas, isto é, que atendem turmas da pré-escola e turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como uma instituição que atende somente turmas da pré-escola. Deste total, 5 escolas estão localizadas na cidade, 3 nos distritos e 3 na zona rural. Em 2024, o total de matrículas na Educação Infantil totalizava 1.069, sendo 662 matrículas na pré-escola e 447 nas creches.

Conforme dados da Fundação Maria Cecília Solto Vidigal (FMCSV, 2023), a população infantil do município de Guanhães é de 3.072 crianças. Para que essa população tenha condições de se desenvolver com dignidade e bem-estar, a FMCSV recomendou que a gestão municipal amplie a oferta de creches. Ademais, a FMCSV recomenda que os programas de visitas domiciliares sejam ampliados e/ou implementados e que a criança seja priorizada no orçamento municipal de Guanhães–MG.

Figura 6 – Instituições de Educação Infantil da rede municipal de educação de Guanhães–MG.



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024).

Conforme dados da Fundação Maria Cecília Solto Vidigal (FMCSV, 2023)⁵, a população infantil do município de Guanhães é de 3.072 crianças. O Índice de Necessidade de Creches (INC) da FMCSV é calculado a partir de dados sobre a população de crianças de 0 a 3 anos, combinados com informações sobre situação socioeconômica, fatores de risco e a oferta de creches. A partir de dados obtidos no censo demográfico do IBGE. O objetivo é identificar a parcela da população que mais precisa de vagas em creches. Para que essa população tenha condições de se desenvolver com dignidade e bem-estar, a FMCSV recomenda que a gestão municipal amplie a oferta de creches no município de Guanhães. Ademais, a FMCSV recomenda que os programas de visitas domiciliares sejam ampliados e/ou implementados e que a criança seja priorizada no orçamento municipal de Guanhães–MG.

Em síntese, neste capítulo foram apresentadas as escolhas metodológicas feitas ao longo da pesquisa, sendo do tipo qualitativa e consiste em um estudo de caso realizado no município de Guanhães em 8 instituições municipais de Educação

⁵ Para conhecer o site da FMCSV, acesse o link: <https://fundacaomariacecilia.org.br/>.

Infantil. Os dados coletados durante a pesquisa serão abaixo apresentados e analisados.

6 ACHADOS DA PESQUISA: CATEGORIAS E ANÁLISE

Neste capítulo, apresentaremos e dialogaremos com base nos dados coletados com a implementação do estudo e que, foram imprescindíveis para alcançar o nosso objetivo inicial, ou seja, conhecer e avaliar as condições materiais e pedagógicas das bibliotecas escolares existentes nas instituições de educação infantil da Rede Municipal de Educação, destinadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no município de Guanhães–MG.

Primeiramente, será feita a caracterização da rede municipal de Educação Infantil de Guanhães, posteriormente, serão apresentados e discutidos os dados obtidos com a aplicação do questionário, respondido por gestoras e professoras de 8 instituições de Educação Infantil da respectiva rede educacional. Por fim, serão problematizados os dados coletados durante a observação efetivada na biblioteca escolar da escola municipal “Pingo de Luz”, situada no município de Guanhães–MG. A demais será apresentado o recurso educacional: Implementação de bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras, o qual consiste em uma devolutiva da pesquisa à sociedade, pois visa orientar gestores municipais no processo de implementação de bebetecas.

6.1 A rede municipal de Educação Infantil de Guanhães

Os dados apresentados nesta seção foram obtidos mediante e-mail enviado pela pesquisadora para a Secretaria Municipal de Educação de Guanhães-MG. As questões, via correspondência eletrônica, buscavam conhecer o quadro pessoal do magistério da Educação Infantil da rede pesquisada e o corpo discente (ver Apêndice E). O respectivo e-mail foi enviado na 2ª quinzena de novembro de 2024. A resposta do referido órgão gestor se deu na 1ª quinzena de dezembro de 2024.

Conforme as informações obtidas via e-mail, em 2024, a rede municipal de Educação Infantil de Guanhães contava no seu quadro pessoal com 71 professoras, sendo 60 professoras regentes e 11 professoras de apoio, as quais têm como função o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Já o quantitativo de auxiliares de creche não foi informado. As demais profissionais que integravam a respectiva rede municipal de Educação Infantil, eram 9 gestoras e 5 coordenadoras pedagógicas.

Do quadro das docentes regentes de turma, 21 delas estavam atuando como professoras de bebês e crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Por sua vez, 39 professoras estavam atuando em turmas de crianças de 4 e 5 anos.

Com relação ao corpo discente, a rede municipal de Educação de Guanhães, no ano de 2024, atendia 1.109 alunos da Educação Infantil, sendo 447 bebês e crianças nas creches e 662 crianças nas pré-escolas. Considerando que a rede contava com 4 creches, em média eram 112 bebês e crianças entre 0 a 3 anos por instituição. Por outro lado, eram 4 pré-escolas com uma média de atendimento de 170 crianças por escola.

Os dados acima revelam que o número de matrículas na Educação Infantil – pré-escola era maior do que de crianças bem pequenas e de bebês. Nesta perspectiva, a obrigatoriedade no Brasil de que todas as crianças que completem 4 anos até o dia 31 de março sejam matriculadas em turmas da pré-escola, explicita na Emenda Constitucional n.º 59 (Brasil, 2009), pode de alguma forma, explicar essa realidade, visto que, essa normatização, de um lado obriga os municípios a ofertarem vagas para todas as crianças de 4 e 5 anos. Por outro lado, os responsáveis legais pelas crianças têm o dever de realizar a matrícula em uma unidade de Educação Infantil, bem como garantir a frequência escolar das crianças. Já no que se refere às creches, apesar de haver uma previsão legal para o Estado assegurar vagas para todos os bebês e as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, as famílias podem optar ou não por matricular seus filhos.

No ano de 2024, conforme informou a Secretaria Municipal de Educação de Guanhães, o município de Guanhães conseguiu assegurar vagas em creches para todas as famílias que demandaram esse atendimento, o que foi possível com a inauguração de mais uma creche, o centro municipal de Educação Infantil “Vovó Nair”, situado no bairro “Pito”, na cidade de Guanhães/MG.

Em síntese, os dados apresentados acima evidenciam a constituição da rede municipal de Educação Infantil de Guanhães no que diz respeito ao quadro de docentes e discentes. Na sequência, vamos apresentar o perfil etário e profissional das professoras que participaram da pesquisa, respondendo ao questionário constante do Apêndice A.

6.2 Perfil etário e profissional das participantes da pesquisa

Após a leitura, tabulação e análise dos dados, constatamos que foram obtidas 38 respostas, ou seja, mais de 50% do total de professoras do coletivo convidado para participar do estudo, constituído por 71 professoras. Para a análise dos dados, consideramos 2 categorias: perfil etário e profissional das participantes; e condições institucionais de trabalho com a literatura na Educação Infantil nas escolas municipais de Guanhães.

Neste tópico, será apresentado o perfil etário e profissional das pesquisadas. Do total de 38 respondentes dos questionários, 33 delas eram professoras, o que representa mais de 50% do total de professoras regentes que integram o quadro de docentes da Educação Infantil da rede educacional pesquisada e 5 eram gestoras.

A faixa etária das pesquisadas varia entre 30 e 59 anos. Desse total, 17 delas têm entre 40 e 49 anos, tratando-se de um coletivo exclusivamente feminino.

Além disso, ficou evidenciado que, dentre o grupo investigado: 14 são professoras de crianças de 5 anos; 10 são regentes de turmas de 4 anos; 9 trabalham em creches. Das questionadas, 5 são gestoras.

Com relação ao tempo de serviço na Educação Básica, a maioria das abordadas pela pesquisa afirmou ter menos de 10 anos de exercício na docência. Quanto ao tempo de serviço na Educação Infantil, 16 das questionadas têm menos de 5 anos de regência.

No que se refere à formação inicial, 28 das respondentes afirmaram que são licenciadas em Pedagogia, 5 têm habilitação em Normal Superior e 5 têm somente o magistério.

Quando abordadas acerca da formação continuada, 28 das questionadas assinalaram que têm cursos de capacitação, 25 já fizeram especialização. Nenhuma das respondentes tem mestrado ou doutorado.

Em suma, foi constatado que o quadro de docentes da Educação Infantil da rede municipal de Guanhães é exclusivamente constituído por professoras, todas com idade igual ou superior a 30 anos. O coletivo pesquisado evidencia que o quadro do magistério da rede municipal de Educação Infantil conta com professoras iniciantes na carreira da Educação Infantil, haja vista que o maior tempo de serviço declarado na primeira etapa da Educação Básica da maioria delas foi de 5 anos. Sobre a formação inicial e continuada, ficou constatado que o maior nível de formação é a

especialização, havendo ainda professoras que têm somente o magistério. Na seção a seguir, vamos apresentar e analisar as condições de trabalho com a literatura das professoras abordadas por esse estudo.

6.3 Mapeamento dos espaços do livro e da leitura das escolas de Educação Infantil pesquisadas no município de Guanhães

Como esclarecemos anteriormente, a segunda categoria de respostas do questionário aplicado às gestoras e às professoras da Educação Infantil da Rede Municipal de Guanhães, trata de modo particular das condições institucionais das bibliotecas escolares das escolas em que atuam.

Quando questionadas sobre a existência de biblioteca escolar nas instituições em que exercem a docência, 20 das respondentes afirmaram que, na escola onde atuam, tem biblioteca. Nesse sentido, os dados apontam que a rede educacional investigada tem escolas que ainda não possuem biblioteca escolar. Considerando a existência de outros espaços do livro e da leitura na escola, cerca de 36 participantes da pesquisa afirmaram contar com cantinhos de leitura nas salas de atividades.

Apenas 2 respondentes apontaram haver cantinhos do livro no refeitório e no pátio. Sendo assim, na referida rede educacional, os espaços mais comuns para guarda e exposição de livros são os mais tradicionais: biblioteca e cantinho de leitura.

Com relação às condições do mobiliário das bibliotecas escolares, 19 das questionadas afirmaram que a biblioteca das escolas em que trabalham não conta com mobiliário adequado para as crianças. No que se refere à organização do acervo da biblioteca com etiquetas, catalogação e tombamento, 19 participantes afirmaram desconhecimento.

Sobre a organização do acervo de literatura da biblioteca da escola, segundo 19 participantes do estudo, os livros da biblioteca são catalogados. Sobre a periodicidade de renovação do acervo da biblioteca, 19 participantes responderam que o mesmo não é renovado com frequência, 12 afirmaram haver renovação periódica do acervo e outras 7 afirmaram desconhecer a respeito.

A participação docente na escolha de novos exemplares foi confirmada por 20 respondentes e 18 afirmaram não saber e/ou não participar do processo de escolha de novos títulos. Já a participação da criança no processo de escolha de novos

exemplares não é uma realidade, segundo os apontamentos de 33 professoras do coletivo pesquisado.

Portanto, é possível concluir a partir dos dados acima que, o protagonismo infantil e das próprias docentes não fica refletido no processo de desenvolvimento de coleções para as bibliotecas escolares analisadas.

No que diz respeito à organização e funcionamento das bibliotecas escolares na Educação Infantil, 25 professoras responderam que a biblioteca escolar precisa ser um espaço pensado para que as crianças possam explorar e experimentar diversas possibilidades com a literatura, o que revela que a grande maioria das pesquisadas percebem a biblioteca escolar como um espaço relevante de formação e interação entre usuários e a literatura.

Para a questão referente à prática pedagógica na biblioteca escolar, foi dada a opção de marcar mais de uma possibilidade. Com efeito, apresentamos as questões em ordem decrescente de apontamentos. Conforme as professoras e as gestoras indagadas, o trabalho realizado na biblioteca escolar precisa considerar um horário semanal para mediações na biblioteca; a escola deve contar com uma professora referência na biblioteca; as crianças precisam ter oportunidade de escolherem o que querem ler e ouvir. Assim, percebe-se que o coletivo pesquisado atribui à biblioteca escolar um papel de relevância no processo ensino-aprendizagem, bem como reconhecem este equipamento cultural como espaço de trocas, negociações e experiências diversificadas.

As professoras e gestoras participantes da pesquisa também foram indagadas acerca da prática pedagógica delas próprias com a literatura. Para essa questão, todas as questionadas responderam que o trabalho com a literatura faz parte do seu planejamento cotidiano, sendo a contação de histórias a prática mais realizada por elas, seguida pela hora do conto e do reconto, disponibilização de livros literários para leitura, empréstimo de livros e outros. O cantinho de leitura da sala de atividades foi o espaço mais apontado pelas professoras para o trabalho com a literatura.

Portanto, verifica-se que a implementação de bibliotecas escolares em todas as escolas de Educação Infantil da rede municipal de Guanhães ainda é uma tarefa em aberto. Também foi possível constatar que muitas bibliotecas presentes nas instituições de Educação Infantil pesquisadas necessitam de reestruturação para se adequar aos parâmetros estabelecidos por Campelo *et al.* (2010), Urban95 (2023) e

Paiva (2024). Nesse ínterim, as especificidades da biblioteca escolar da instituição tomada como amostra desse estudo é o tema problematizado a seguir.

6.4 A biblioteca da escola Municipal “Pingo de Luz”: o campo da nossa investigação

No dia 5 de agosto de 2024, foi realizada a primeira observação na escola municipal “Pingo de Luz”. Todo o período de observação foi efetivado no vespertino e encerrou-se no dia 15 de agosto de 2024. No primeiro contato com a escola, os objetivos e a metodologia da pesquisa foram apresentados para a gestora, que se mostrou muito solícita.

A escola municipal “Pingo de Luz” funciona em um prédio construído exclusivamente para os fins educacionais, inaugurado em 2007. O prédio da escola é composto por 2 blocos, ambos no térreo. Um dos blocos é constituído por 6 salas de atividades e um auditório para 100 pessoas. O outro bloco é composto por: uma secretaria; sala de professoras; diretoria; refeitório; banheiro feminino e masculino adaptados para crianças; e a biblioteca. O prédio conta ainda com um pátio coberto, jardins e um parque de areia. Uma quadra coberta encontra-se em fase final de construção.

Figura 7 – Foto da Escola Municipal “Pingo de Luz”.



Fonte: elaborada pela pesquisadora (2025).

A escola atende turmas da pré-escola de crianças de 4 e 5 anos, funcionando nos turnos matutino e vespertino. São crianças da zona rural e urbana do município de Guanhões, pertencentes a famílias de classe média e baixa.

Para atender às 317 crianças matriculadas em 2024, a escola contava com uma equipe de 39 funcionários. Com relação à equipe pedagógica da instituição, eram 15 professoras regentes de turma, 2 professoras de apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), 2 professoras eventuais e 3 professoras em ajustamento funcional, uma supervisora e uma gestora.

Tabela 5 – Quadro de funcionários da E. M. “Pingo de Luz”.

Cargo/função	Quantitativo de funcionários
Professoras regentes	15
Professoras do AEE	2
Professoras eventuais	2
Professoras em ajustamento funcional	3
Supervisora	1
Gestora	1
Outros	15
Total	39

Fonte: elaborada pela pesquisadora.

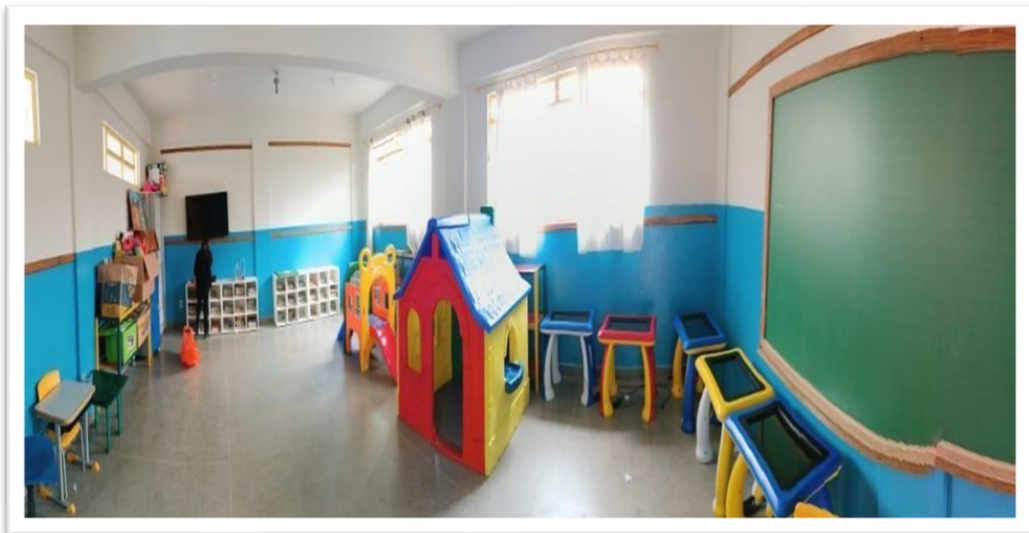
No primeiro dia de observação na escola, a gestora me levou à biblioteca e me deixou à vontade para realizar a pesquisa. Quando chegamos, informou que ultimamente a biblioteca estava sendo chamada pela equipe da escola de brinquedoteca, pois tem sido essa a função mais utilizada pelas professoras. A gestora lamentou a falta de espaço que é um desafio da instituição, pois segundo ela, quando a biblioteca passou a ocupar o espaço no qual se encontra situada, tudo ficou muito bonito e organizado. Porém, ao longo dos anos, outras necessidades foram surgindo, de modo que a biblioteca passou a dividir o espaço com a sala de vídeo e com a brinquedoteca.

Com relação ao espaço da biblioteca, a reportagem veiculada na página virtual do jornal “Aconteceu no Vale” e reiterada pela gestora, publicada no dia 23 de agosto de 2014, confirma o que foi mencionado acima pela gestora atual da escola, que na ocasião da reportagem já atuava na instituição.

A Escola Municipal "Pingo de Luz", em Guanhães, na região Leste de Minas Gerais, inaugurou nesta semana sua nova biblioteca, que passará a ser chamada de Biblioteca Infantil "Graça Guimarães", uma homenagem à professora e ex-secretária municipal de Educação Maria das Graças Fernandes Guimarães, falecida no último dia 31 de julho, vítima de câncer. "O ambiente novo está muito bonito e fizemos uma homenagem à Graça, uma pessoa muito querida por todos", destacou a secretária municipal de Educação, Emília Aparecida de Pinho. Consoante a diretora da escola, Inês Lopes Ferreira, a biblioteca passou para uma sala maior, do mesmo tamanho de uma sala de aula. "Antes funcionava em um cubículo, um espaço sem janela, sem luminosidade e inadequado", conta Inês, observando que o novo local terá dois ambientes, um para contação de histórias e outro para exibição de vídeos, com painéis decorativos novos e uma "cerquinha" como divisória. A escola também adquiriu alguns livros novos, tatame, fantoches e painéis decorativos. Além disso, livros foram doados por representantes de editoras, professores e a comunidade. A biblioteca possui atualmente cerca de 300 exemplares, e ainda aceita doações para ampliar o acervo.

Transcorridos 10 anos do processo de reestruturação da biblioteca escolar da E. M. "Pingo de Luz", encontrou-se um espaço com algumas discrepâncias com relação ao mencionado na reportagem, as quais discutiremos na sequência. Não obstante, durante a apresentação da biblioteca, a gestora atual da instituição afirmou que, devido ao uso coletivo do espaço pelas professoras e por não terem um profissional de referência para atuar na biblioteca, muitas coisas encontravam-se desorganizadas.

Figura 8 – Foto panorâmica da biblioteca infantil "Graça Guimarães".



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Diante disso, foi encontrado um espaço que pouco contribui para a educação estética das crianças, uma vez que, a bebeteca como um espaço habitável, segundo

Neitzel *et al.* (2024) necessita ser organizada de maneira acolhedora. A bebeteca necessita promover experiências sensíveis, onde as crianças possam sentar ou deitar para escutar uma leitura literária ou uma contação de história; possa circular livremente e com segurança para escolher seu próprio livro, realizar sua leitura, manuseá-los, trocar olhares, ideias, sentimentos e sorrisos com seus pares um espaço rico de interações.

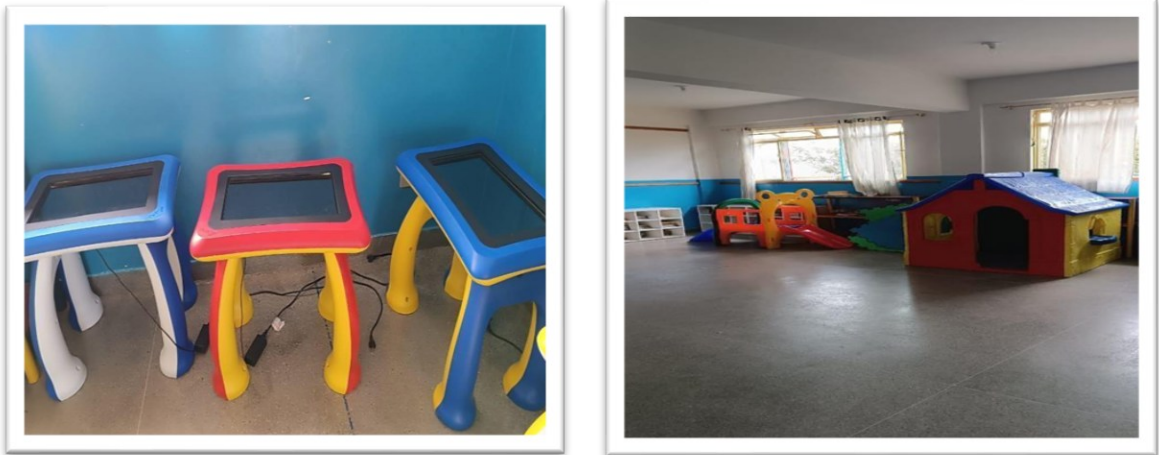
Durante a entrevista realizada com a gestora da escola, ela afirmou que:

Antes a gente até tinha profissionais em ajustamento funcional que atendiam na biblioteca e tinha muito trabalho bom. Mas agora a gente só tem a professora eventual e foi pedido pela secretaria para o foco ser dado na intervenção pedagógica.

A Educação Infantil é uma etapa da Educação Básica que não tem a função de alfabetizar. Seu objetivo é o de garantir os direitos de aprendizagem das crianças: brincar; conviver; expressar; explorar; conhecer-se e participar. Na situação relatada pela gestora entrevistada, torna-se questionável a negligência do direito das crianças de usufruírem da biblioteca em face de um objetivo que não integra o currículo da Educação Infantil no Brasil.

Na vivência das atividades de observação, efetivou-se o inventário do acervo da biblioteca infantil “Graça Guimarães”, bem como, análise do espaço físico e do seu mobiliário. Assim sendo, foi constatado que a referida biblioteca funciona em uma sala de atividades em desuso, possuindo boa ventilação, luminosidade adequada e a metragem que possibilita a disposição do mobiliário necessário e para a livre circulação das crianças na bebeteca (Campello *et al.*, 2010; Urban95, 2023). No espaço encontrou-se: 1 casinha de plástico; 1 mini escorregador, cavalinho de balanço, tatames desmontados; 1 quadro negro; 1 televisor; 2 conjuntos de mesa e cadeira infantil; 3 estantes de madeira com colmeias medindo aproximadamente 95 cm de altura, onde ficam organizados os livros literários. Também foram observados aramados e uma grande diversidade de brinquedos em caixas plásticas com tampas, bem como um armário escaninho e 5 mesinhas digitais “*play table*”.

Figura 9 – Fotos da Biblioteca “Graça Guimarães”.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Segundo o observado, a organização e a gestão da biblioteca “Graça Guimarães” não facilitam o acolhimento, a educação estética e o uso social de uma biblioteca pelas crianças. Neitzel *et al.* (2018) abordam “[...] a biblioteca como um espaço de estesia, de educação estética [...]” quando esta não se reduz a um espaço somente para leitura literária, pesquisa e guarda de livros, tornando-se lugar de convivência e experiências múltiplas, de produção de sentidos.

Apresentados e discutidos os dados sobre o espaço físico da biblioteca “Graça Guimarães”, o acervo desta biblioteca é o próximo aspecto tomado para discussão. Com o inventário do acervo de livros literários efetivado, foi possível contabilizar 1.828 livros. Entre 2014 a 2024, houve um aumento de mais de 600% na quantidade de exemplares de obras literárias no acervo da biblioteca infantil “Graça Guimarães”, tendo em vista que, em 2014, foram contabilizados, conforme a reportagem acima citada, 300 exemplares.

Do total de 1.828 exemplares disponíveis na biblioteca, 1.058 eram exemplares de obras literárias que não atendem os critérios de qualidade literária, principalmente os critérios de forma, tema e texto, tratando-se de livros grampeados, com capa e páginas de baixa gramatura, ilustrações de reprodução em massa sem qualidade artística, textos com qualidade textual questionável, vendidos geralmente em pequenas coleções em caixas ou maletas de papelão.

Para Sá (2023) e Paiva (2024), a seleção e análise individual de livros do acervo de uma biblioteca para a primeira infância requer a observância de alguns critérios considerados qualificadores. Aspectos como arte, texto, tema e forma são

características consideradas como qualificadoras de uma obra literária. Também é relevante analisar a concepção de criança de cada obra e a potência do livro para ampliar as experiências das crianças.

Ademais, foram localizados 191 exemplares de obras literárias do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE 2014) destinados às turmas da Educação Infantil – pré-escola, obras estas que atendem aos critérios de qualidade da equipe de avaliadores coordenada pelo Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Célia Fernandes e Maysa Cordeiro publicaram um estudo sobre os critérios de avaliação e seleção das obras do PNBE e concluíram que,

[...] os editais, de modo geral, ressaltam a importância de oferecer diferentes tipos de leitura aos alunos de escola pública, com diversidade de autores, gêneros, temáticas, técnicas de ilustrações e representações culturais [...] (Fernandes; Cordeiro, 2012, p. 327).

Figura 10 – Alguns exemplares do acervo da biblioteca.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Foram encontrados 15 exemplares de obras literárias do PNBE, edição de 2012, direcionados às turmas da Educação Infantil – pré-escola. Além disso, foram localizados 64 exemplares destinados às turmas dos anos iniciais do Ensino

Fundamental, 1º ao 3º ano, identificados com o descritor “Alfabetização na idade certa”. Ainda foram contabilizados 21 exemplares integrantes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) literário para a Educação Infantil, edição de 2022. Cabe salientar que estes últimos eram materiais de divulgação enviados por editoras às escolas.

Por fim, foram contabilizados 482 exemplares distribuídos pela Secretaria Municipal de Educação às escolas no ano de 2022. Dentre os quais foram encontrados livros-brinquedos, livros *pop-up*, livros de imagem, dentre outros. Não foi informado pela Secretaria Municipal de Educação de Guanhães a forma de aquisição desses exemplares.

Sá (2023) e Paiva (2024) discorrem acerca da bibliodiversidade. Para estas pesquisadoras, a bibliodiversidade é um critério primordial para a qualidade da coleção de uma bebeteca. A bibliodiversidade pode ser avaliada pela variedade de obras de uma coleção, expressa na representatividade de gêneros discursivos e tipos, temas, autores, gêneros textuais, editoras, ilustradores, graus de complexidade, temas, estilo, linguagem, épocas, espaço geográfico e outros.

Tabela 6 – Acervo da biblioteca infantil “Graça Guimarães”.

Livros por fonte de financiamento	Quantidade de exemplares
Doações	1058
PNBE – 2012	15
PNBE – 2014	191
Material de divulgação PNLD – 2022	21
FNDE – Alfabetização na Idade Certa	64
SME-Guanhães	491

Fonte: elaborada pela pesquisadora.

Durante a observação realizada na biblioteca “Graça Guimarães”, não foi identificada a catalogação dos acervos. Quando questionada a esse respeito, a gestora informou que há algum tempo havia um livro de registro das obras que chegavam na escola e que ele deveria estar em algum dos arquivos da instituição. Sobre a catalogação, Paiva (2024) tece considerações significativas para o fazer nas bibliotecas para bebês e crianças pequenas. Para Paiva, a catalogação deve considerar especificações, que usualmente não se aplicam à descrição do item

bibliográfico no catálogo da biblioteca. Especificações e detalhamentos sobre o enredo, formatos e autoria de ilustrações e texto são muito úteis na descrição de obras de uma bebeteca, pois o conjunto dessas informações pode nortear a escolha consciente e intencional de um livro para mediação.

Quando arguida sobre o empréstimo de livros para as crianças e suas famílias, a gestora informou ter ciência de uma professora que faz o empréstimo periodicamente, mas para isso, ela usa os livros que ela tem na sala de atividades.

No contexto do município de Guanhães, foi constatado que, no ano de 2024, as escolas de Educação Infantil não contavam no seu quadro pessoal com bibliotecário e mediador de leitura. Assim, fica evidente a necessidade de profissionais bibliotecários nas bibliotecas escolares e mediadores capacitados para que todos os saberes e fazeres próprios da Biblioteconomia e da Pedagogia possam se concretizar nas bibliotecas escolares e reverberem no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos bebês e das demais crianças matriculadas na Educação Infantil.

Outro aspecto observado foi que a organização dos livros nas estantes da biblioteca não favorecia o contato das crianças, já que estes encontravam-se uns sobre os outros, não ficando com as capas visíveis nem a lombada, como é o recomendável (Escardò i Bas, 2003).

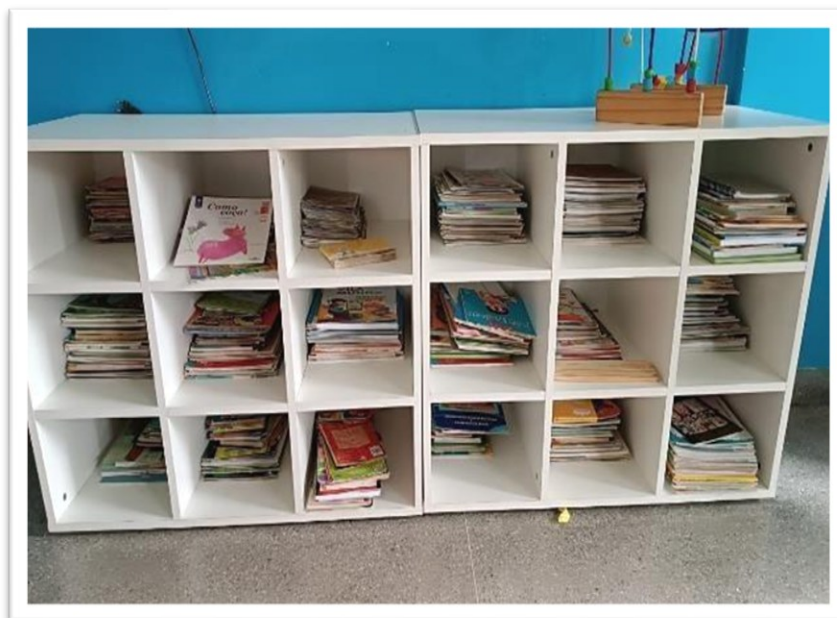
De acordo com Paiva (2024), outro processo que requer adaptações do modo tradicionalmente utilizado na Biblioteconomia é a ordenação. A tradicional exposição dos livros nas prateleiras, com a lombada à mostra, permite a rápida e precisa localização dos itens bibliográficos a partir do catálogo. Entretanto, a coleção de uma biblioteca para crianças pequenas, não alfabetizadas, deve combinar com a ordenação clássica, a partir da classificação, com outras formas que possibilitem às crianças reconhecerem pelas capas os livros de sua preferência ou os que despertem sua atenção. Para tanto, é importante que a bebeteca possua móveis próprios nos quais as obras que possam estar com as capas à mostra, acessíveis às crianças, com ordenação mais intuitiva, segundo os propósitos dos mediadores para uma certa ocasião, de acordo com algum projeto. Passado o período, os livros voltarão à ordenação clássica na estante, e outros serão colocados à disposição e na disposição de uso das crianças.

De modo geral, os resultados aqui apresentados e discutidos nos permitem apontar como um aspecto positivo da biblioteca infantil “Graça Guimarães”: o acervo com a quantidade de exemplares acima do recomendado pela Lei n.º 14.837/2024,

sendo de no mínimo 2 títulos por estudante matriculado. Assim, se em 2024 a E. M. “Pingo de Luz” tem 317 estudantes matriculados, conforme a referida lei, o acervo de sua biblioteca escolar deveria conter no mínimo 634 títulos. Nessas condições, constatamos que, dentre os 1.828 exemplares do acervo da biblioteca, 752 são bibliodiversos e de qualidade.

Com relação aos indicadores de bibliodiversidade na coleção da biblioteca “Graça Guimarães”, foi observada representatividade de autores, sendo a grande maioria do gênero masculino, 75% dos autores contabilizados. Também foi constatada variedade de gêneros discursivos: narrativas; versos; prosa; entre outros. Não foram encontrados textos informativos. Foram identificados temas diversos: medo; morte; relações familiares; cores; formas; alimentação; diversidade biológica; cultural; e outros. No que se refere aos gêneros textuais: carta; bilhete; convites; receitas; bulas; manuais, não foi localizado nenhum exemplar com tais abordagens. Foi possível identificar variedade de editoras e de ilustradores, bem como obras com variados graus de complexidade. Também foram observados exemplares com diferentes estilos, linguagem, épocas e espaço geográfico.

Figura 11 – Estante de livros da biblioteca “Graça Guimarães”.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Por último, mas não menos importante, discute-se a caracterização do mobiliário e do projeto estético da biblioteca. A respeito do mobiliário da biblioteca

“Graça Guimarães”, entendemos que este requer adequações de modo a atender as especificidades das crianças. Embora as estantes tenham a altura recomendada, 95 cm, suas pontas não são arredondadas; a quantidade de mesas e cadeiras não é suficiente para atender a todas as crianças de uma turma. O escorregador, o cavalinho e os demais brinquedos encontrados na biblioteca são compatíveis com um projeto de brinquedoteca e não com uma bebeteca.

Além disso, para que a biblioteca infantil “Graça Guimarães” contribua para que o direito das crianças à literatura se efetive, faz-se necessária a lotação de profissionais responsáveis por ela. Outras medidas vistas como essenciais são: a organização do acervo, bem como o investimento na aquisição de baús, cestos e na disponibilização de móveis e sinalizadores visuais e de mobiliário adequado às especificidades de uma biblioteca para a primeira infância. Com o propósito de nortear a consolidação e/ou reestruturação de bebetecas municipais e assim contribuir com a efetivação do direito dos bebês e das crianças pequenas à literatura, na sequência apresentamos o guia prático de implementação de bebetecas que elaboramos.

6.5 Implementação de bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras

Nesta seção, apresentaremos o recurso educacional implementação de Bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras (ver Apêndice E). O objetivo do respectivo guia é orientar e facilitar o processo de implementação de bebetecas no âmbito municipal.

Para tanto, apresentamos o conceito de bebeteca e discutimos a importância menores de 6 anos. Você encontrará ainda no nosso guia referências técnicas, teóricas e metodológicas inerentes à concepção de bebeteca.

A elaboração do recurso educacional intitulado: Implementação de bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras, é uma devolutiva da pesquisa por nós desenvolvida e ao longo deste texto apresentada. O referido guia prático consiste em uma ação intencional e direcionada em prol da garantia do direito dos bebês e das crianças pequenas à literatura e às bebetecas. Nossa pretensão não é a de prescrever instruções, mas de suscitar reflexões que possam apoiar e viabilizar a implementação de bebetecas singulares,

que venham surgir como respostas às necessidades e as especificidades de cada comunidade local.

Ao longo deste capítulo, buscamos apresentar e discutir todos os dados obtidos com a realização da pesquisa. Diante disso, constatamos que no que se refere à garantia do direito à literatura para crianças de 0 a 6 anos e à existência e à qualidade das bibliotecas escolares nas instituições de Educação Infantil no município de Guanhães, que a realidade da respectiva rede municipal reflete a realidade nacional. Em outras palavras, assim como no Brasil, o município de Guanhães necessita reestruturar as bibliotecas escolares existentes nas instituições de Educação Infantil, bem como, construir bibliotecas nas escolas que ainda não contam com estes espaços de tamanha relevância para a formação integral das crianças da primeira infância. No capítulo seguinte, apresentamos as principais conclusões da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi conhecer e avaliar as condições materiais e pedagógicas das bibliotecas existentes nas instituições de educação infantil da Rede Municipal de Educação, destinadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no município de Guanhães–MG. Com relação às bibliotecas escolares destinadas às crianças de 0 a 6 anos no respectivo município, os resultados da pesquisa revelaram que esses espaços não têm se constituído em equipamentos culturais e educativos que contribuem adequadamente para a garantia do direito à literatura às crianças dessa faixa etária. A qualidade das bibliotecas escolares que acolhem crianças menores de 6 anos tem sido um grande desafio para a gestão da educação municipal de Guanhães, como também para o nosso país.

Particularmente, a respeito da biblioteca infantil “Graça Guimarães” concluímos que ela é um espaço adequado no que se refere às dimensões, luminosidade e ventilação. Ficou evidenciada a necessidade da elaboração de um projeto de reorganização da biblioteca infantil “Graça Guimarães”, pautado pela concepção de criança como sujeito de direitos e pela concepção de bebeteca, que aqui buscamos apresentar.

Ressaltamos que a realidade da biblioteca Infantil “Graça Guimarães” pode representar a realidade nacional de um país que ainda tem dificuldade de reconhecer e valorizar a importância da literatura e das bibliotecas escolares na formação integral dos sujeitos. Esta assertiva joga luz no questionamento sobre qual tem sido o lugar da biblioteca escolar na Educação Infantil brasileira e, em específico, no município de Guanhães.

Qual é a importância das bibliotecas escolares na primeira infância? Quais seriam as especificidades das bibliotecas escolares para crianças de 0 a 6 anos? Sobre estas indagações, constatamos ser recente o reconhecimento por parte do Estado brasileiro da relevância das bibliotecas escolares para a formação integral de cada cidadão brasileiro, sendo a Lei Federal n.º 12.244/2010, alterada pela Lei n.º 14.837/2024, a normativa legal que tornou obrigatória a presença de bibliotecas em todas as unidades educacionais do país. Ficou evidenciado que as bebetecas: bibliotecas para bebês e crianças menores de 6 anos, são espaços de ser e estar que acolhem a população da primeira infância, atendendo às especificidades desse público durante o uso social de uma biblioteca. Diante disso, as bebetecas necessitam

ser amplas, seguras, confortáveis, lúdicas, acessíveis e devem dispor de acervos bibliodiversos.

Embora a superação deste desafio pressuponha o desenvolvimento de diversas ações articuladas e processuais, ao nível de políticas públicas, de gestão escolar e da prática pedagógica, entende-se que, a elaboração do recurso educacional: Implementação de bebetecas municipais: um guia para gestores comprometidos com a formação de crianças leitoras, que é a devolutiva desta pesquisa para a sociedade, poderá apoiar o enfrentamento dos desafios enfrentados pela escola municipal “Pingo de Luz”, bem como, a busca das diversas instituições brasileiras de Educação Infantil pela garantia do direito à literatura para todas às crianças menores de 6 anos do nosso país.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia geral e brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BAPTISTA, M. C.; LÓPEZ, M. E. & ALMEIDA JÚNIOR, J. S. de. **Bebetecas nas Instituições de Educação Infantil**: Espaços do Livro e da Leitura para crianças menores de seis anos. Belo Horizonte: *Educação em foco*, ano 19, n.29, 2016. P.107123.

BAPTISTA, Mônica Correia in: MATTOS, Rosa Maria. **Qualidade dos livros para as crianças da educação infantil**: porque especialistas estão preocupadas com edital do PNLD literário? Juíz de Fora, Universidade Federal de Juíz de Fora, 2018: Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pnaic/files/2018/06/Qualidade-dos-livros-para-as-crian%C3%A7as-da-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-Entrevista.pdf> Acesso em: 20 set. 2024.

BAPTISTA, Mônica Correia. **Alfabetização e letramento em classes de crianças menores de sete anos**: direito da criança ou desrespeito à infância? In: Gonçalves, A. V. e PINHEIRO, A. S. (org). Nas trilhas do letramento: entre teoria, prática e formação docente. Editora Mercado de Letras, 2011.

BAS, Mercê Escardò. **Bebeteca o quan la lectura és mirar i escoltar**. Infant i societat, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 25-28, abr. 1994. Disponível em: http://bibut.parets.org/articles/94_Bebeteca.pdf Acesso em: 22 set. 2024.

BAS, Mercê Escardò. **La biblioteca, un espacio de convivência**. Madri, ed. Anaya, 1 ed., 2003.

BEBETECA DA FAE – UFMG. Imagem disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/projeto-da-faculdade-de-educacao-incentiva-a-leitura-na-primeira-infancia> Acesso em: 27 set. 2024.

BIBLIOTECA CAN BUTJOSA. Imagem disponível em: <http://noubibut.parets.cat/portada/> Acesso em: 21 set. 2024.

BIBLIOTECA SALABORSA RAGAZZI. Imagem disponível em: <https://www.bibliotecasalabora.it/ragazzi/> Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE - cidades – Guanhões–MG**). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/guanhaes/panorama> Acesso em: 14 set.2024.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN 9394/1994**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Literatura na Educação Infantil**: acervos, espaços e mediações. Disponível em: <https://goo.gl/hrYFxo> Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resumo técnico do censo escolar de 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022> Acesso em: 30 ago.2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos. Brasília, 2004. Disponível em:

BRASIL, Planalto Central. **Lei n.º 14.836/2024, institui o sistema nacional de bibliotecas escolares e dá outras providências**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14836&ano=2024&ato=46dUTUU1ENZpWT730> acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL, Planalto. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL, Planalto. **Emenda constitucional 14 de 1996 altera o artigo 211 da Constituição Federal d 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm Acesso em 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 12.244/10. **Programa Nacional de Biblioteca na escola. 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola> Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n.º 7, de 20 de março de 2009. **Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Diário Oficial da União. Brasília–DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Estudo propositivo sobre a organização dos espaços internos das unidades do Proinfância em conformidade com as orientações desse programa e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEIs) com vistas a subsidiar a qualidade no atendimento**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**: Brasília: MEC, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política de Educação Infantil: relatório de avaliação**. Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Práticas cotidianas na Educação Infantil– Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: MEC, 2009a.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T.; SOUSA, G. F. **UNIVERSALIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS: reflexos da lei 12.244**. PontodeAcesso, Salvador, v.10, n.2, p.39-58, ago. 2016. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653> Acesso em: 22 mai. 2024.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos?** Biblioteca Escolar em Revista, Ribeirão Preto, v. 1, nº 1, p. 1-29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106555> acesso em: 12 jan. 2025.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos, 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo, Gobar editora, 1ª edição, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Tipos de biblioteca**. Disponível em: <https://cfb.org.br/tipos-de-biblioteca/> Acesso em: 23 nov. 2024.

DUARTE, Y. M. **A História da educação básica no Brasil e as representações sociais sobre a biblioteca escolar**. In. PIMENTA, J. *et al.* Biblioteca escolar: memória, práticas e desafios.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. **BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um aspecto estruturante na construção do direito à cultura**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/852/601> Acesso em: 15 fev. 2025.

FERNANDES, Célia Regina de Lácio; CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Os critérios de avaliação e seleção do PNBE**. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 319-328, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/11749> Acesso: 30 out. 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOLTO VIDIGAL. **Educação Infantil – Guanhães–MG**. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/guanhaes-mg/>. Acesso em 14 jan. 2025.

GUANHÃES/MG, Secretaria Municipal de Guanhães (SME Guanhães–MG). **Dados da Rede Municipal de Educação de Guanhães – MG**.

KRAMER, Sônia **Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil**. IN: LEITE, Serafim. **Coleção história da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

LINO, Lis de Gusmão. **Biblioteca escolar: espaços, acervos, atividades e interações na educação infantil**. Recife- PE, Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35738> Acesso em: 16 jan. 2025.

MAROTO, Lúcia Helena **Biblioteca escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MODESTO, Mariana. **Bebetecas no Brasil e em diversos países**. Belo Horizonte: [s.n.], 2023.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MOTOYAMA, Juliane Francischeti Martins. **Bebeteca: engatinhando entre livros**. Marília-SP, Universidade Estadual Paulista, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/272bcc6c-7128-48c7-9281-585b2ea101b5> Acesso em: 06 jun.2024.

MOTOYAMA, Juliane Francischeti Martins; SOUZA, Renata Junqueira de. **Bebeteca: espaço e ações para formar o leitor**. Marília-SP, Universidade Estadual Paulista, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/5857> Acesso em: 04 nov. 2024.

MOVIMENTO INTERFÓRUMS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL (MIEB). **História**. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/> Acesso em: 13 jun. 2025.

NASCIMENTO, Cláudia Terra; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. **A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04 –18, jan. / jun. 2008.

NEITZEL Correo, A. A; Zanoni Fernandes, M; Steil, I; Nunes Furman, J, P. (2024) **Bebetecas: espaço de leitura habitável e de educação estética**. Bibliotecas. Anales de Investigacion;20(1), 1-16

NEITZEL, Adair de Aguiar; Ferri, Cássia; Borba, Adeneri Nogueira de. (2018). **A biblioteca como espaço de mediação cultural e de educação estética**. Education Policy Analysis Archives, [s. l.], v. 26, n. 20, p. 1-20, fev. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.2966> Acesso em 05/04/2025.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Contribuições da Biblioteconomia para a bebeteca da UFMG**. [relatório de estágio pós doutoral] Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2024.

PARREIRAS, Ninfa. **Do ventre ao colo, do som a literatura**: livros para bebês e crianças. Belo Horizonte, RHJ, 1ª edição, 2012.

PEREIRA, Andrea Kluge. **Biblioteca na escola**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica, 2006.

PIMENTA, Jussara Santos **Leitura, arte e educação**: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco (1934-1937). Curitiba: CRV, 2011.

SA, Alessandra Lataliza. **Os desafios e possibilidades formativas do curso leitura e escrita na educação infantil**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2024.

SANTOS, Eliana Crepaldi. **QUALIDADE NESSE AMBIENTE DE APRENDIZAGEM**: um estudo de caso na Comunidade da Pedreira Prado Lopes - BH/MG. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Mestrado Profissional em Educação e Docência – 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/49274/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Eliana%20Crepaldi%20Santos%20finalizada.pdf> Acesso em: 09 out. 2024

SARMENTO, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel (1997). “**As crianças e a infância**: definindo conceitos, delimitando o campo”, in M. Pinto e M. J. Sarmento (Coord.), *As crianças: Contextos e identidades*. (9-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

SENHORINI, Mariana; BORTOLIN, Sueli. **Bebeteca**: uma maternidade de leitores. Inf. Londrina,

SILVA, Ezequiel T. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas–SP: Papyrus, 1986.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **A Biblioteca Escolar em tempo de mudanças no Brasil? a contribuição da Biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto**. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 26, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2006> Acesso em: 21 jul. 2024.

SOUZA, M. C. B. R. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural**. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

SOUZA, R. J; Motoyama, J. F .M (2014). **A formação de leitores literários: o espaço como mediador**.

URBAN95. **Guia prático de implementação de Bebeteca**. Disponível em: https://urban95.org.br/wpcontent/uploads/2023/12/BRA_Crato_GuiaBebeteca_R01_V09.pdf Acesso em: 28 mar.2024.

VIEIRA, Lívia Fraga; BAPTISTA, Mônica Correia. **Educação Infantil**. Editora Contexto, 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2ª edição. - Porto Alegre: Bookman, 200. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf Acesso em 24 jul. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O direito à literatura: espaços do livro e da leitura para crianças de zero a seis anos, um estudo no município de Guanhães

Dados sobre o(a) pesquisado(a)

1) Qual é o seu cargo ou função atual no CEMEI?

- professor
- gestor

2) Qual é a sua idade?

- 18 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- 60 a 69 anos

3) Qual o seu sexo?

- feminino
- masculino
- prefiro não informar

4) Você é docente de crianças de qual faixa etária?

- 0 a 11 meses
- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos

5) Quantos anos você tem de atuação na Educação Básica?

- menos de dez anos
- entre dez e quinze anos
- entre quinze e vinte anos
- mais de vinte anos

6) Quantos anos você atua na docência de turmas da Educação Infantil?

-) menos de cinco anos
-) Entre cinco e dez anos
-) entre dez e quinze anos
-) entre quinze e vinte anos
-) mais de vinte anos
-) mais de 30 anos

7) Qual é a sua formação inicial?

-) pedagogia
-) Licenciatura em Educação Infantil
-) Normal superior
-) magistério

8) Há quanto tempo você concluiu seu curso de formação inicial? Observação: Considere formação inicial, aquela que o(a) habilitou para atuar como docente na Educação Infantil.

-) entre 1 e 3 anos
-) entre 4 e 6 anos
-) entre 7 e 15 anos
-) entre 16 e 25 anos
-) entre 26 e 35 anos
-) mais de 36 anos

9) Ao longo da sua carreira no magistério, você fez algum curso de formação continuada? Qual (s)? Você pode marcar mais de uma opção.

-) aperfeiçoamento
-) qualificação
-) extensão
-) capacitação
-) especialização
-) mestrado
-) doutorado
-) pós doutorado

10) Há quanto tempo você atua na gestão da Educação infantil?

-) 1 a 3 anos
-) 4 a 5 anos
-) Entre 5 e 10 anos
-) entre 10 a 20 anos

11) Você recebeu alguma formação para atuar como parte integrante da equipe gestora do CEMEI?

- sim
- não

Sobre a Biblioteca no CEMEI...

12) O CEMEI em que você atua tem biblioteca escolar?

- sim
- não

**13) O Cemei em que você atua tem quais outros espaços do livro e da leitura?
Observação: você poderá marcar mais de uma opção.**

- Cantinhos de leitura nas salas de aula
- Cantinho do livro no pátio
- Cantinho do livro no refeitório
- Outros. Quais?

**14) A biblioteca possui mobiliário adequado para as crianças?
(prateleiras/estantes de livros, mesas e cadeiras na altura das crianças, por exemplo)**

- sim
- não

15) O acervo da Biblioteca é organizado com etiquetas, divisão por gênero literário e é catalogado?

- sim
- não
- não sei

16) O acervo é renovado com frequência? (por exemplo, a cada 6 meses/01 ano).

- sim
- não
- não sei

17) Sobre a aquisição dos livros. Os professores participam do processo de escolha de novos exemplares?

- sim
- não
- não sei

18) As crianças participam da escolha de novos exemplares para o acervo do

CEMEI?

- sim
- não
- não sei

19) Como você espera ser um trabalho promovido pela Biblioteca da escola? Você pode marcar mais de uma opção.

- Que tenha um horário semanal para as crianças usarem com um planejamento pré definido do que vão fazer no espaço;
- Que tenha um horário semanal para as crianças usarem para escolha de livros para fomentar o gosto e hábito de leitura;
- Oportunidades para que as crianças possam escolher o que gostariam de ler ou de ouvir em uma contação de histórias; Que tenha uma professora referência da biblioteca;
- Que seja um espaço de contação de histórias;
- Que seja um espaço pensado para que às crianças possam explorar e experimentar diversas possibilidades com a literatura;
- Que complemente o trabalho de alfabetização e letramento.
- Outros. Quais?

20) O trabalho com a literatura faz parte do seu planejamento?

- sim
- não

21) Como você tem desenvolvido o trabalho com a literatura no cotidiano da sua docência na Educação Infantil? Você poderá marcar mais de uma opção.

- contando histórias;
- lendo livros;
- exibindo materiais audiovisuais de obras literárias;
- permitindo que as crianças escolham livros e levem para casa;
- mediando momentos do conto e do reconto;
- mediando oficinas de artes visuais e outros;
- Outros. Quais?

22) Em quais espaços do livro e da leitura você organiza suas atividades com a literatura? Você poderá marcar mais de uma opção.

- no cantinho de leitura da sala de aula;
- na biblioteca do CEMEI;
- no pátio;
- na brinquedoteca;
- no jardim do CEMEI;
- na praça, parque ou outros espaços próximos ao CEMEI.
- Outros. Quais?

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA VISITA DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca analisada

- 1) Funciona em sala exclusiva.
- 2) Possui coleção classificada.
- 3) Possui coleção catalogada.
- 4) Possui serviços de consultas.
- 5) Tem serviço de empréstimo domiciliar.
- 6) Realiza atividades de incentivo à leitura.
- 7) Tem serviço de orientação à pesquisa.
- 8) Conta com um funcionário responsável.
- 9) Possui boa iluminação.
- 10) É ventilada.
- 11) Mede entre 8m² e 36m².
- 12) No acervo é possível verificar qualidade temática, estética e materialidade.
- 13) O mobiliário é adequado para a escala dos usuários.
- 14) A disposição do mobiliário permite a circulação dos usuários.
- 15) Possui trocador e cadeira de amamentação.
- 16) Possui sinalização visual acessível para todos os usuários.
- 17) Possui espelhos, móveis, cestos, tapetes, almofadas e outros.

**APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A
GESTORA DA E. M. “PINGO DE LUZ”**

- 1) No momento da apresentação da pesquisa, você citou que a equipe da escola chama a biblioteca de videoteca. Por que vocês utilizam essa expressão?
- 2) Até o ano de 2023, a Rede Municipal de Educação de Guanhães tinha professoras referências das bibliotecas escolares. A E. M. “Pingo de Luz” também tinha? E em 2024 vocês contam com o apoio dessa profissional?
- 3) Como é feita a manutenção do acervo da escola?
- 4) Como vocês têm organizado o funcionamento da biblioteca infantil “Graça Guimarães”?
- 5) Qual é a orientação da gestão e da equipe pedagógica da escola para o uso pelas professoras da biblioteca?
- 6) Como a escola tem garantido o direito à literatura das crianças?
- 7) Você já conhecia o conceito de bebeteca?
- 8) Para você o que é uma bebeteca?
- 9) Qual a importância você atribui ao trabalho com a literatura nas escolas de Educação Infantil.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Equipe Gestora e Professores,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa O direito à literatura na Educação Infantil: análise da qualidade das bibliotecas para crianças de 0 a 6 anos no município de Guanhães, desenvolvida por Hévila Christie Pereira Santos, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Professora dra. Mônica Correia Baptista.

O objetivo da pesquisa é conhecer e avaliar as condições materiais e pedagógicas dos espaços do livro e da leitura, existentes nas instituições de educação infantil, destinados às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no município de Guanhães/MG.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e não acarretará nenhum custo, ajuda ou vantagem financeira.

Você será esclarecido(a) pelas pesquisadoras sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para autorizar ou não sua participação. Além disso, poderá, a qualquer momento, recusar sua participação, o que não lhe causará qualquer prejuízo.

A fim de minimizar quaisquer tipos de riscos emocionais e/ou psicológicos, como: cansaço, medo, insegurança, constrangimento quanto a divulgação de dados pessoais e outros, as pesquisadoras se comprometem a agir de maneira respeitosa e ética, independentemente das opiniões ou posicionamentos dos(as) participantes da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação nesta pesquisa está amparada na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os benefícios da sua participação é a contribuição com a qualidade da Educação Infantil das escolas públicas brasileiras.

Cabe ressaltar que, todos os dados obtidos serão sigilosos, somente as pesquisadoras responsáveis terão conhecimento ou acesso a eles e os arquivos ficarão em posse das pesquisadoras pelo tempo máximo de 6 (seis) anos. Esses dados coletados serão confidenciais e utilizados unicamente para fins da dissertação de Mestrado de Hévila Christie Pereira Santos, podendo ser divulgados em congressos, simpósios, seminários, revistas, livros, visando contribuir para a formação inicial e em serviço de professoras da Educação Infantil. Portanto, sua participação tem grande relevância.

Rubricas:

Reiteramos nossas responsabilidades com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, garantindo a adequação às regras, dado que o CEP mantém sob guarda confidencial os projetos completos e todos os dados obtidos na execução de suas tarefas, resguardando a integridade e os direitos dos voluntários. Sendo assim, somente em caso de qualquer dúvida ética, você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa por meio do telefone e dos endereços indicados neste documento.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e agradecemos por sua colaboração.

Dados do CEP:

Universidade Federal de Minas Gerais
 AV. Presidente Antonio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG CEP 31270-901
 Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005 Telefone: (31) 3409-4592
 E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Dados das pesquisadoras:

Mônica Correia Baptista
 Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação (Gabinete 1504),
 Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
 Telefone: (31) 34096212 / Fax: (31) 34095323
 E-mail: monicacb.ufmg@gmail.com

Hévila Christie Pereira Santos

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha,
 Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
 Telefone: (31) 99892 1595
 E-mail: hevila.santos@educacao.mg.gov.br

Rubrica do(a) participante: _____

Cidade, _____ de _____ de 2024.

Mônica Correia Baptista

Marília Martins Paiva

Hévila Christie Pereira Santos

Assinatura do(a) participante

**APÊNDICE E – E-MAIL ENVIADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE GUANHÃES–MG**

Quadro de pessoal do magistério da Educação Infantil de Guanhães/MG

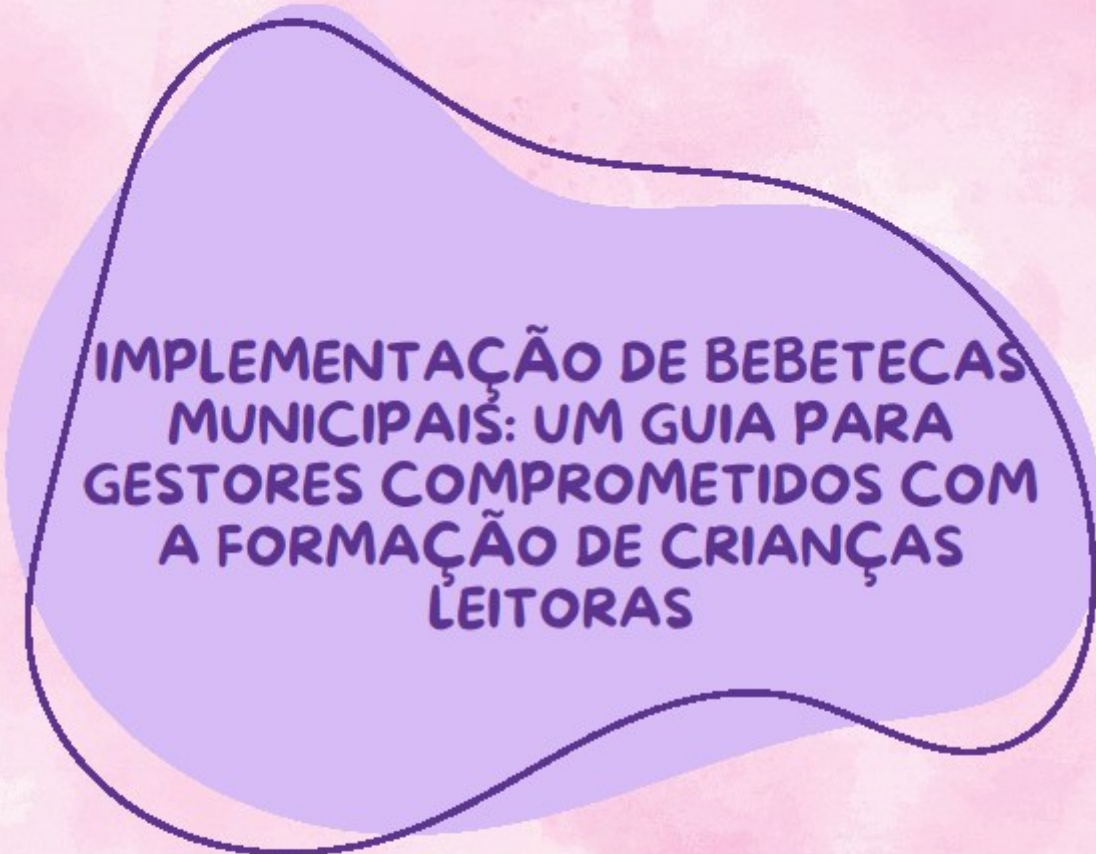
Bom dia, Hevila!

Segue as respostas solicitadas.

1. Qual é o total de professoras de Educação Infantil da zona urbana? (cidade de Guanhães) 71
2. Desse total, quantas são professoras de apoio e quantas são regentes? 60 regentes, 11 apoios
3. Quantas são professoras de 0 a 3 anos? 24
4. Quantas são professoras de 4 e 5 anos? 39
5. Qual é o total de matrículas nas creches? 447
6. Qual é o total de matrículas nas pré-escolas? 662

Atenciosamente.

Rúbia R Generoso

APÊNDICE F – RECURSO EDUCACIONAL

**IMPLEMENTAÇÃO DE BEBETECAS
MUNICIPAIS: UM GUIA PARA
GESTORES COMPROMETIDOS COM
A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS
LEITORAS**

Hévila Christie Pereira Santos
Professora doutora Mônica Correia Baptista
Professora doutora Marília de Abreu Martins de Paiva

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O DIREITO À LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESPAÇOS DO LIVRO E DA LEITURA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NO MUNICÍPIO DE GUANHÃES

Pesquisador: Mônica Correia Baptista

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 78542724.0.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.912.825

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação e Docência - PROMESTRE, que propõe conhecer e analisar a situação das bibliotecas que atendem crianças de 0 a 6 anos, considerando que o acesso à literatura é um direito de todas as crianças. O campo de pesquisa são oito instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Guanhães/MG. Em uma dessas instituições, os sujeitos serão convidados a participarem da pesquisa. Destaca-se que a pesquisa é de natureza qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso. Como resultado da pesquisa, é considerada a possibilidade da produção de um guia reflexivo norteado por considerações sobre as bibliotecas para a primeira infância, o qual será registrado em um e-book com o objetivo de socializar, com outras escolas, o processo vivenciado na instituição participante da pesquisa e apoiar novas propostas de reestruturação de bibliotecas das Escolas Municipais de Educação Infantil de Guanhães/MG. É entendido na pesquisa que a biblioteca escolar é o lugar legítimo do livro e da leitura e não apenas se presta a essa funcionalidade em determinadas situações.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Conhecer e avaliar as condições materiais e pedagógicas dos espaços do livro e da leitura, existentes nas instituições de educação infantil, destinados às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, no município de Guanhães/MG.

Objetivos Secundários:

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar. Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 6.912.825

- Mapear os espaços do livro e da leitura em instituições que ofertam a Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Guanhães/MG.
- Analisar os espaços de leitura, os acervos e as atividades desenvolvidas em instituições de Educação Infantil de Guanhães/MG.
- Evidenciar a relevância das bebetecas para a formação leitora das crianças.
- Conceituar bebeteca.
- Apoiar a implementação de bebetecas na Rede Municipal de Educação de Guanhães/MG.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

É informado aos participantes sobre os riscos emocionais e/ou psicológicos, como: cansaço, medo, insegurança, constrangimento quanto a divulgação de dados pessoais e outros, as pesquisadoras se comprometem a agir de maneira respeitosa e ética, independentemente das opiniões ou posicionamentos dos(as) participantes da pesquisa.

Quanto aos benefícios, é informado que a pesquisa poderá contribuir com a qualidade da Educação Infantil no Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com o parecer da Profa. Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara, o projeto de pesquisa é relevante e pertinente. Apresenta objetivos claros e referencial teórico-metodológico adequado. O estudo tem grande potencial para contribuir com o fortalecimento do campo da Educação Infantil e mais especificamente com os debates sobre o direito das crianças à literatura.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para a presente avaliação foram enviados a este CEP os seguintes documentos:

- 1) Carta resposta;
- 2) projeto detalhado que deve ser considerado a versão anterior aprovada em câmara departamental;
- 3) TCLE que deve ser modificado;
- 4) Informações disponibilizadas na plataforma.

Recomendações:

Recomenda-se as seguintes modificações:

- 1) No TCLE, falta esclarecer aos participantes da pesquisa sobre o direito de indenização em

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 6.912.825

caso de danos conforme a Resolução 466. Consta no TCLE apenas a informação sobre a resolução, mas não fica explícito para os participantes que receberá e assinará o TCLE tal aspecto solicitado no parecer anterior.

2) Revisar o cronograma da pesquisa para a garantia do início da pesquisa de campo somente após a aprovação pelo CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

N/A

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2259025.pdf	17/06/2024 21:46:29		Aceito
Outros	Carta_resposta_junho.docx	17/06/2024 21:45:51	Mônica Correia Baptista	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	17/06/2024 21:41:43	Mônica Correia Baptista	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	17/06/2024 21:41:03	Mônica Correia Baptista	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	13/05/2024 16:55:06	Mônica Correia Baptista	Aceito
Parecer Anterior	VF_Parecer_Projeto_Hevila_assinado_a assinado.pdf	27/03/2024 15:56:38	Mônica Correia Baptista	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	12/03/2024 14:31:16	Mônica Correia Baptista	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	12/03/2024	Mônica Correia	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.912.825

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	14:11:47	Baptista	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	27/12/2023 11:50:17	Mônica Correia Baptista	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 26 de Junho de 2024

Assinado por:
Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br